

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Geografia

Raiane Gabriela Forti

EXPANSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO DESDE 2000: uma abordagem geográfica

SÃO PAULO
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Geografia

Raiane Gabriela Forti

**EXPANSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO DESDE 2000: uma abordagem geográfica**

Monografia apresentada à banca examinadora do
Departamento de Geografia da Universidade de
São Paulo como parte dos pré-requisitos para
obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa Dra Rita de Cássia Ariza da
Cruz

SÃO PAULO
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FORTI, Raiane Gabriela. **Expansão da população em situação de rua no município de São Paulo desde 2000: uma abordagem geográfica.** 2023. 68 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, meus pais, Rui e Renata, e minha irmã, Rafaele, que desde sempre foram meu apoio. Obrigada por confiarem em mim.

Agradeço às minhas avós Otília e Téo e ao meu avô Fausto por sempre me incentivarem a estudar. À meu avô, Paulo, que independente de onde estiver deve estar orgulhoso das minhas conquistas.

Agradeço ao meu tio Victor, que desde sempre foi minha referência na educação. À toda minha família que sempre me apoiou nessa caminhada.

Agradeço às minhas amigas Eliza, Nana e Letícia, que durante esses anos foram minha família em São Paulo. Às minhas amigas Isabella, Nathália e Steffany que desde o início caminharam junto comigo em busca de um diploma e que, além disso, foram meus portos seguros na Universidade de São Paulo.

Agradeço às minhas amigas de longa data, Maria Julia, Bruna e Mariana, por me apoiarem e comemorarem comigo.

Agradeço ao Vitor por ter me incentivado a ser melhor a cada dia.

Agradeço também a todos os professores do Departamento de Geografia e da Faculdade de Educação em que tive contato. Em especial, agradeço à minha orientadora, Rita de Cássia Ariza Cruz, por toda disponibilidade, orientação e apoio durante essa trajetória.

No mais, agradeço a Raiane do passado por ter aceitado se arriscar em outra cidade em busca de seu sonho. Nós conseguimos.

RESUMO

Historicamente a população em situação de rua é um grupo populacional marginalizado no sistema social e econômico, o qual vem crescendo nos últimos anos. Para além dos números, é necessário entender quem são essas pessoas e os possíveis motivos para a expansão dessa população. Com destaque nos distritos centrais do município de São Paulo, local de grande concentração de fluxos e recursos, a população em situação de rua aumentou 10 999 pessoas de 2000 a 2021. No mesmo recorte temporal, o município de São Paulo contabilizou um aumento de 23 178 pessoas. A presente monografia busca entender os possíveis motivos para essa expansão nos distritos centrais do município de São Paulo, levando em consideração duas variáveis importantes: a pobreza e a habitação.

Palavras - chave: População em situação de rua. Pobreza. Habitação. Expansão.

ABSTRACT

Historically, the homeless population is a marginalized population group in the social and economic system and has been growing in recent years. Beyond the number, it is necessary to understand who these people are and the possible reasons for the expansion of this population. With emphasis on the central districts of the city of São Paulo, Brazil, a place of great concentration of flows and resources, the homeless population increased by 10999 people from 2000 to 2021. In the same time frame, the city of São Paulo accounted for an increase of 23178 people. This monograph seeks to understand the possible reasons for this expansion in the central districts of the city of São Paulo, considering two important variables: poverty and housing.

Keywords: Homeless population. Poverty. Housing. Expansion.

Lista de Tabelas

Tabela 2.2.1: Sexo da população em situação de rua 2000 - 2021 (%)	36
Tabela 2.2.2: Cor/raça/etnia da população em situação de rua 2000 - 2021 (%)	37
Tabela 3.1.1: Total absoluto da população em situação de rua nos Distritos Centrais do município de São Paulo: 2000 - 2021.	42
Tabela 3.1.2: Total relativo da população em situação de rua nos Distritos Centrais do município de São Paulo: 2000 - 2021 (%).	42
Tabela 3.1.3: Total da população em situação de rua no município de São Paulo, por distrito: 2000 - 2021.	48

Lista de Gráficos

Gráfico 3.1.1: Número total da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2000 - 2021. 44

Gráfico 3.1.2: Taxa média de desocupação no Brasil, último trimestre anual (out/nov/dez): 2000 - 2021 (%). 46

Gráfico 3.1.3: Total população em situação de rua no município de São Paulo, por distrito: 2000 - 2021. 48

Gráfico 3.1.4: Total população em situação de rua no distrito de Santa Cecília: 2000 - 2021. 58

Lista de Mapas

Mapa 1.1: Localização dos distritos centrais do município de São Paulo - recorte espacial.	9
Mapa 3.1.1: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2000.	49
Mapa 3.1.2: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2003.	50
Mapa 3.1.3: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2009.	51
Mapa 3.1.4: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2011.	52
Mapa 3.1.5: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2015.	53
Mapa 3.1.6: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2019.	54
Mapa 3.1.7: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2021.	55
Mapa 3.1.8: Comparativo da expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2000 - 2021.	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - Pobreza, Habitação e População em Situação de Rua	12
1.1. A pobreza	12
1. 2 A habitação	16
1. 3. A população em situação de rua	18
CAPÍTULO II - População em situação de rua: do conceito aos motivos	24
2.1 Censo da População em Situação de Rua: um breve debate sobre metodologias e abordagens	24
2.1.1 Levantamento Censitário e Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua (2000)	28
2.1.2 Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua (2003)	29
2.1.3 Censo e Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua (2009)	30
2.1.4 Censo da População em Situação de Rua (2011)	31
2.1.5 Censo e Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua (2015)	31
2.1.6 Censo da População em Situação de Rua (2019)	32
2.1.7 Censo da População em Situação de Rua (2021)	34
2.2 Resultados: quem é a população em situação de rua?	35
CAPÍTULO III - A expansão da população em situação de rua no município de São Paulo: 2000 - 2021	41
REFERÊNCIAS	63
Bases de dados	63
Bibliográficas e documentais	65

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua é um fenômeno atemporal, mas que tem como marco a expansão do processo de industrialização e de urbanização recente. Para além da população que dorme na rua, eles são um grupo de pessoas que sofrem constantemente com a desigualdade social e as consequências do desenvolvimento desigual. É por meio da mercantilização do espaço e da habitação, impulsionados pela pobreza, que essa população se encontra marginalizada frente à cidadania. Para além de direitos, essa população sofre com a marginalização em pesquisas acadêmicas. Poucos são os estudiosos que dedicam esforços para estudar esse fenômeno urbano que ultrapassa séculos. A presente pesquisa, assim, busca dar visibilidade na academia para essa população, mesmo que de maneira temporalizada e especializada.

Logo de início, é necessário caracterizar a população em situação de rua. Desde 2009, com base no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, o Brasil instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Nesse documento, a esfera federal os caracterizou como:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

Seguindo o mesmo princípio, em 26 de dezembro de 2019, o município de São Paulo instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua, a qual usa a mesma conceituação da Política Nacional. Porém, nem sempre foi assim. Para a prefeitura de São Paulo, os próprios censos divergem da sua conceituação, tópico que será abordado no capítulo II da presente dissertação. Apesar de divergentes, a pobreza, ou baixíssima renda, e a inexistência de moradia aparecem em comum nas diferentes classificações. Junior e Costa (2016) se aproximam da visão do Estado ao retratar que a população em situação de rua são “pessoas de baixíssima renda que, por contingência temporária ou permanente, habitam logradouros públicos” (JUNIOR; COSTA, 2016, p. 230).

Para Vieira, Bezerra e Rosa (1994), a população em situação de rua é um segmento de trabalhadores despojados dos seus direitos sociais não atendidos pelas instituições públicas. Luiza Erundina, a então prefeita do município de São Paulo em

1991, na apresentação do livro de Vieira, Bezerra e Rosa, *População de Rua quem vive, como vive, como é vista* (1994), destaca que essa população faz parte dos trabalhadores que, sem emprego e sem moradia, não possuem seus direitos mínimos assegurados, reafirmando a tese levantada pelo livro.

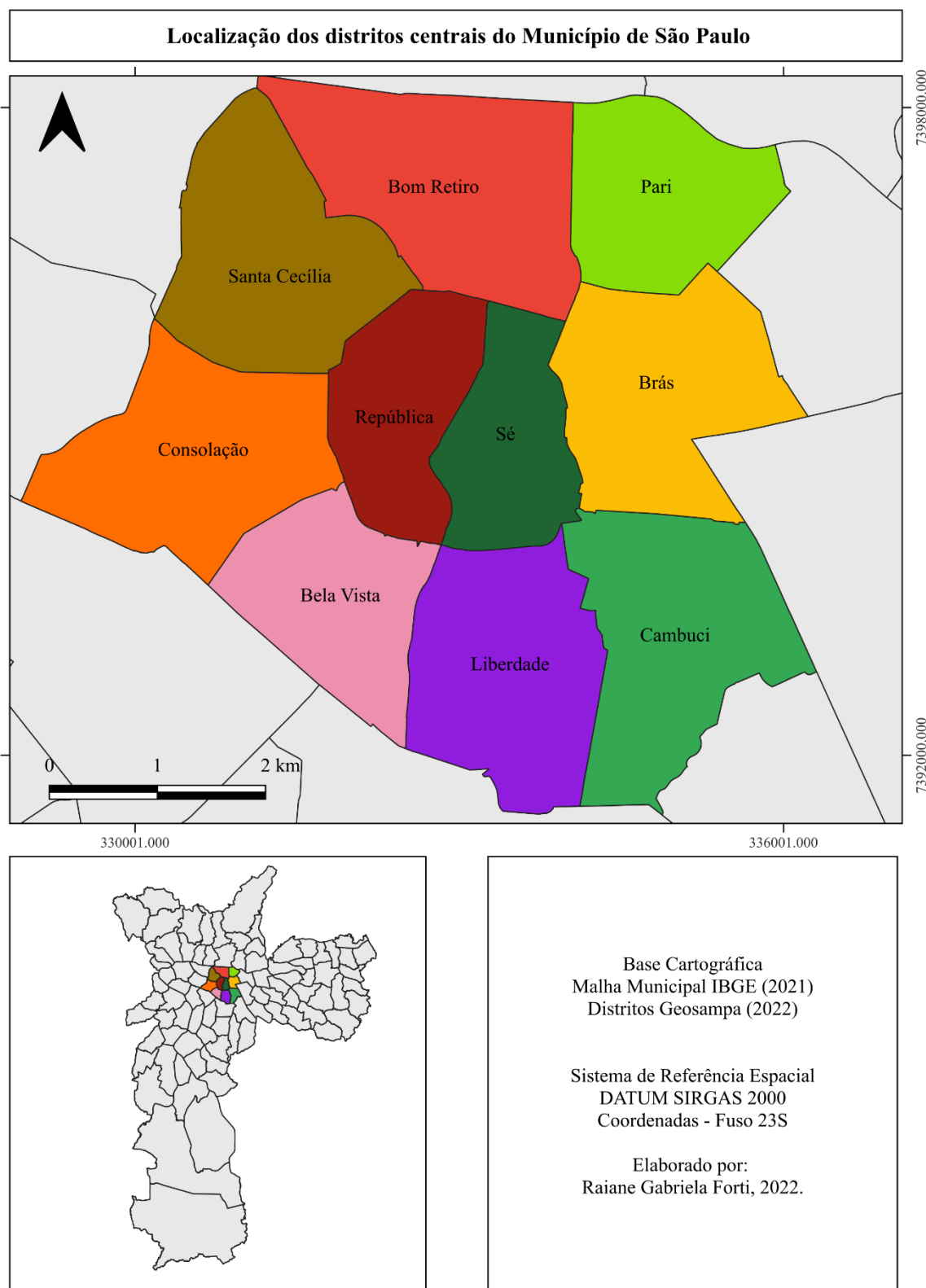
Correlacionando as diferentes caracterizações, o presente trabalho considerará população em situação de rua um grupo heterogêneo de trabalhadores que, impulsionados por fatores socioeconômicos como a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e a mercantilização da habitação, perdem suas moradias e rendas e acabam habitando a rua e vivendo à margem da pobreza.

A partir dessa caracterização, este trabalho tem como princípio analisar os motivos da expansão da população em situação de rua. Para debater hipóteses que levam pessoas diversas, mas com fatores socioeconômicos semelhantes a habitar a rua, serão levantado dois conceitos importantes para a discussão: a pobreza e a mercantilização da habitação. Ao longo de todo o texto, buscará desenvolver essa ideia por meio da articulação de dados quantitativos coletados nos Censos da População em Situação de Rua do município de São Paulo e argumentos qualitativos desenvolvidos por meio da leitura e interpretação de referência bibliográfica diversa. A escolha metodológica se deu principalmente pelo fator de escassez de documentação sobre essa população, sendo por meio dos Censos a disponibilização dos dados mais atualizados.

Além da metodologia, os Censos da População em Situação de Rua do município de São Paulo aparecem como importantes para a consolidação do recorte temporal da presente pesquisa. Em 2000, foi realizado o primeiro Censo da População em Situação de Rua com metodologia padronizada na escala do município. Apesar de anteriormente a esse momento, em 1991, já terem sido realizadas contagens dessa população, apenas no primeiro censo foi padronizada a metodologia. A partir disso é possível trabalhar com um comparativo de dados.

Como recorte espacial, tomamos os distritos centrais do município de São Paulo como foco, sendo eles: Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé, como mostra o mapa 1.1.

Mapa 1.1: Localização dos distritos centrais do município de São Paulo - recorte espacial.



Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

São Paulo é um polo de desenvolvimento industrial e urbano. Além disso, é um grande concentrador de recursos e de desigualdade. São essas as principais variáveis de atração da população pobre em busca de oportunidade de trabalho. Como fenômeno urbano, os sujeitos tendem a se concentrar em regiões com maiores concentrações urbanas, com intensos fluxos de pessoas, comércio e de recursos, os quais são utilizados para a sobrevivência nas ruas. Os distritos centrais de São Paulo apresentam essa característica, surgindo assim a primeira justificativa do recorte espacial.

Além dessa questão, também existe influência nos recortes metodológicos dos dados. Nos censos de 2000, 2009, 2011, 2015, 2019 e 2021 foram coletados dados referentes a todos os distritos do município de São Paulo, porém em 2003, com a justificativa de corte de verbas, foi produzida uma contagem nos 11 distritos centrais, e nos demais apenas uma estimativa. Assim, como setor comparativo foi necessário limitar a pesquisa a esses distritos. Como organização de recorte, optamos por eliminar o distrito de Santana por não pertencer a localização central do município de São Paulo, local com recursos e intenso fluxo durante o dia e tranquilidade no período noturno.

Para desenvolver o tema, dividimos o texto em três capítulos. O primeiro, respectivamente, intitulado *Pobreza, Habitação e População em Situação de Rua*, abordará por meio de artigos e livros os principais conceitos abordados para a temática. O objetivo deste capítulo é trazer um debate frente a pobreza e a mercantilização da habitação, além de abordar o desenvolvimento do conceito de População em Situação de Rua. Como embasamento teórico serão adotados Santos ([2000];2021), Ugá (2006), Scalón (2011), Torres; Marques; Ferreira; Bitar (2003), Carlos (2020), Volochko (2020), Valladares (1991), Cerqueira (2011), Viera; Bezerra; Rosa (1994) e Nonato; Raiol (2016).

O segundo capítulo intitulado *População em situação de rua: do conceito aos motivos*, por sua vez, tem por objetivo debater as fontes de dados utilizadas pelo presente trabalho e, a partir delas, expor o perfil da população em situação de rua no município de São Paulo. Para isso, inicialmente no capítulo serão expostas as metodologias adotadas pelos Censos da População em Situação de Rua do município e as indicações feitas pelo Ministério de Desenvolvimento Social no livro *Rua: aprendendo a contar* (2009), o qual expõe as movimentações e a importância de uma contagem nacional para a população. Em seguida, é feita uma exposição dos dados coletados e um mapeamento do perfil socioeconômico da população, dando destaque

nos motivos que levaram a essa condição e como no momento buscam maneiras de renda para sobreviver.

Por fim, o último capítulo, *A expansão da população em situação de rua no município de São Paulo: 2000 - 2021*, tem como enfoque responder a pergunta da presente dissertação: Como se deu a expansão da população em situação de rua no município de São Paulo de 2000 a 2021? Para respondê-la, o capítulo se embasará na exposição de dados, mapas e fontes coletadas durante o projeto, de forma a relacioná-las para criar hipóteses qualitativas dessa expansão. Neste capítulo será feito um esforço para relacionar a temática quantitativamente e qualitativamente. Como resultado, o capítulo expõe uma sequência de mapas e gráficos indicando essa expansão em números no município e nos distritos centrais, foco da presente pesquisa.

CAPÍTULO I - Pobreza, Habitação e População em Situação de Rua

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo em suas características e motivações, porém, segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estes apresentam como característica comum:

[...] a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

É a partir dessas afirmações que a presente monografia pretende abordar as temáticas da pobreza e da habitação como importantes para a motivação e/ou permanência da população em situação de rua. A pobreza será abordada pela obra de Milton Santos, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* ([2000]; 2021), em debate com Ugá (2006), Banco Mundial (1990), Scalon (2011) e Torres; Marques; Ferreira; Bitar (2003), com as quais se buscará retratar as diferentes abordagens do conceito de pobreza e como o avanço do neoliberalismo e as constantes crises econômicas impulsionaram o desemprego.

A discussão sobre habitação, por sua vez, será embasada no livro *A cidade como negócio* (2020), com destaque ao capítulo de Danilo Volochko, *A moradia como negócio e a valorização do Espaço urbano metropolitano*. Com este, será abordada a discussão da habitação como mercadoria e a crise habitacional. Por fim, sobre a temática da população em situação de rua, este capítulo se pautará em debater as alterações do conceito e a expansão da população junto com a urbanização e o neoliberalismo.

1.1. A pobreza

Segundo o dicionário Michaelis, pobreza é: “1. Estado ou qualidade de pobre; 2. Estreiteza de posses, de haveres; falta de recursos, escassez; 3. A classe econômica dos pobres.” Para a ONU, o indicador de pobreza é a renda, na qual a marca é US\$5,50 por dia (SORRICE, [s.d]). Segundo o Banco Mundial, por sua vez, a pobreza é a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 27), no qual o padrão de vida é medido pelo consumo e renda mínima. Para o geógrafo Milton Santos, por fim, a pobreza tem diferenciações além da questão da renda. A pobreza se espelha a partir do momento, da divisão internacional do trabalho e da

globalização. Com isso, o autor destaca que existem três tipos de pobreza nos países subdesenvolvidos: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural.

A primeira delas, a pobreza incluída, é uma pobreza local devido à inadaptação do sujeito ao local em que está inserido, seja na questão das condições naturais, como nas condições sociais. Essa pobreza, ainda não marcada pelo consumo, era delimitada por técnicas submetidas a um território e pelas condições aplicadas nele, de forma que não se reproduzia da mesma maneira em outro território. Pelo fato desse tipo de pobreza estar ligado a técnicas e recursos de um local, as soluções também se delimitam nesse recorte espacial, sendo muitas vezes ligada ao assistencialismo e a redes privadas. A partir disso, os pobres eram incluídos dentro do sistema vigente e do local e “a pobreza era menos discriminatória” (SANTOS, [2000]; 2021, p.82).

Sobre, a segunda forma de pobreza, por sua vez, a marginalidade, ao contrário do que apregoa o senso comum, que liga o conceito de marginalidade ao de violência, Milton Santos ([2000]; 2021) aborda essa questão como “margem do sistema”. Diferente da pobreza incluída, na marginalidade a pobreza se torna discriminatória. No momento em que o consumo aparece como marcador de diferenças, a pobreza passa a acompanhar o processo econômico e a capacidade de compra e troca de cada sujeito, ganhando assim, condições materiais e psicológicas. (SANTOS, [2000]; 2021).

Nessa configuração a pobreza marginal se subdivide em duas categorias: a pobreza absoluta e a pobreza relativa. A primeira, respectivamente, corresponde aos pobres que vivem sem nenhuma forma de sustento. A segunda, por sua vez, se expõe por meio da capacidade de consumir (SANTOS, [2000]; 2021). No momento em que o consumo ganha formas e forças, este acaba movendo as relações de poder e de sobrevivência. Necessidades básicas da vida, como a alimentação e a habitação, se transformam em mercadoria e produto com potencial de consumo, fazendo com que aquele que não tem recursos financeiros em algum momento para obter alimento e moradia por meio do consumo, não consiga manter a sobrevivência digna. É por meio dessas realidades que surge o conceito de pobreza relativa.

A partir dessas realidades, o pobre passa a viver à margem do sistema e da divisão do trabalho, seja ela internacional ou interna, sendo chamados assim, de marginais. A solução dessa vez, expande o local e é marcado pela preocupação das elites intelectuais e políticas, as quais mobilizam o Estado para propor soluções para os pobres marginais (SANTOS,[2000]; 2021).

Por fim, a pobreza estrutural, deixando de ser local, como a pobreza incluída, ou nacional, como a marginalidade, se torna globalizada e permanente, se expande além das fronteiras políticas e se torna um resultado de diversas ações econômicas, políticas e sociais. O desemprego, baixa remuneração, diminuição de ações de proteção social, são alguns dos exemplos abordados por Milton Santos ([2000]; 2021) que indicam que “a atual divisão “administrativa” do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para a produção científica, globalizada e voluntária da pobreza” (SANTOS, [2000]; 2021, p. 84).

Devido a uma convergência de fatores, a causa da pobreza passa a ser vista como algo natural, mas que na verdade é produzida constantemente por atores globais e com auxílio de governos nacionais (SANTOS, [2000]; 2021). É com a fase da globalização e da expansão do neoliberalismo que a pobreza estrutural ganha forças. Muda-se a divisão do trabalho, a qual passa a obedecer a agentes globais do capitalismo, os grandes provedores de mais valia, capazes de manipular as ações do capital, da mercadoria, do consumo e da mão de obra, como por exemplo o mercado imobiliário. Essa nova divisão do trabalho não é natural, ela é administrada pelos agentes neoliberais e capitalistas, capazes de acumular dinheiro sob o espaço e configurar uma pobreza estrutural. A globalização, assim, “é marcada por um conjunto de relações a serem feitas entre diversos atores globais e muitas dessas relações também se dão entre atores portadores de grandes diferenças de poder para negociarem” (LEME, 2010, p.127)

É a partir dessas ações dos agentes neoliberais, da desvalorização da mão de obra (redução do valor do trabalho) e do aumento do desemprego, que a pobreza se estrutura. Ela surge nos discursos como algo natural e inevitável, mas é politicamente produzida e planejada pelas grandes instituições globais. Os pobres, assim, são excluídos de um sistema global produzido politicamente (SANTOS, [2000]; 2021).

Para Scalón (2011), o conceito de pobreza não pode ser explicado apenas pelo fator renda, como ocorre em instituições governamentais como a ONU e o Banco Mundial. Para o autor, a pobreza é vista “como privação de capacidades básicas que conduz à vulnerabilidade, exclusão, carência de poder, de participação e voz, exposição ao medo e à violência – enfim, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar.” (SCALON, 2011, p.53). Além disso, para o autor, a pobreza não é homogeneizadora, ou seja, a relação de renda atinge de maneiras distintas cada sujeito disposto em diferentes espaços. É na produção do espaço que a pobreza e a desigualdade se estruturam.

Dessa forma, adotar linhas quantitativas que mensuram a pobreza, como fazem a ONU e o Banco Mundial, é ignorar as diferenças existentes entre os países, entre o contexto urbano e rural. A pobreza é espacializada. Para Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003), um sujeito, apesar de viver acima da linha da pobreza pode ser considerado pobre de acordo com as condições de sobrevivência em que está inserido, tais como educação, saneamento, saúde, entre outros. Assim, é a exclusão do sistema global trabalhado por Milton Santos ([2000]; 2021) que vem impulsionar a negação de condições de sobrevivência.

[...] Apesar de sua grande utilidade em termos de comparações internacionais, as linhas de pobreza são controversas. Elas podem, por exemplo, descaracterizar a situação dos pobres urbanos em virtude de os aluguéis e os custos de transporte serem mais altos nos centros urbanos maiores. Elas também não consideram as rendas não monetárias, que são comuns nas áreas rurais e nas comunidades pobres. Finalmente, as linhas de pobreza não necessariamente captam as assim chamadas “múltiplas dimensões da pobreza”. (TORRES; MARQUES; FERREIRA; BITAR, 2003, 102).

Esse sistema global que se expandiu com a globalização por meio de “um processo histórico de produção e reprodução do capital de forma combinada e desigual” (LEME, 2010, p.134), principalmente, ao longo da década de 1990, recebe o nome de neoliberalismo. Essa política econômica é uma herança da economia clássica, resgatando desta, “a reformulação das funções do Estado, resgatando as a idéia de Estado Mínimo e de livre mercado” (LEME, 2010, p. 134), pautado nos dois pilares principais, o mercado e a liberdade, os quais acabam fundamentando a iniciativa privada e, conseqüentemente, a privatização de empresas estatais. É por meio do neoliberalismo impulsionado pelas trocas, fixos e fluxos da globalização que urge o fenômeno das transnacionais no mercado. Junto a isso, o neoliberalismo prevê, na esfera econômico social, a diminuição do poder dos sindicatos, reformas trabalhistas, flexibilização do mercado e do trabalho e a diminuição do pleno emprego (LEME, 2010).

Além disso, o próprio conceito de pobreza ganha outra proporção com a expansão do neoliberalismo. Segundo Ugá (2004), o conceito apresenta um marco teórico definido com o neoliberalismo e as ações do Banco Mundial devido ao deslocamento das ações estatais ligadas a garantia da cidadania social, conquistada no Estado de Bem Estar Social, para políticas compensatórias focalizadas na meritocracia. Com o discurso neoliberal de Estado mínimo, essa instituição se afasta de ações

desenvolvimentistas e comerciais, deixando isso a cargo do mercado, e se aproxima de setores de bens e serviços não viáveis para o mercado, como por exemplo, a prestação de serviços sociais e o assistencialismo, pautadas exclusivamente no discurso de “combate à pobreza” (UGÁ, 2004).

Segundo o Banco Mundial (1990), para combater a pobreza, o Estado deve prestar serviços em duas esferas: criando oportunidades econômicas e obtendo maior rendimento; e prestando serviços sociais, como saúde e educação, ampliando o capital humano e o potencial de trabalho do sujeito. É ancorado em um discurso meritocrático que o Banco Mundial propõe diminuir a pobreza. A pobreza passa a ser “vista como um fracasso individual daquele que não consegue ser competitivo” (UGÁ, 2004, p.60).

Dessa forma, o discurso meritocrático e de empreendedorismo ampliados pelo neoliberalismo, e as mudanças na estrutura trabalhista impulsionam também a pobreza estrutural analisada por Milton Santos. Além de espacializada, esta se torna uma pobreza ligada a negação do pleno emprego e a segurança estrutural das leis trabalhistas em momentos de crise. É uma pobreza impulsionada pela terceirização e pelo empreendedorismo. É uma pobreza que em momentos de crise, como em 2008, com a crise dos subprimes, em 2016 com a crise econômica brasileira, e em 2020 com a crise econômica impulsionada pela pandemia de COVID-19, que esses trabalhadores perdem as principais formas de renda. É a partir do neoliberalismo, impulsionado pela globalização, que surge uma pobreza estrutural nacional de ordem internacional (SANTOS, [2000]; 2021).

1. 2 A habitação

Assim como a pobreza, a questão da habitação e o consumo são influenciados pela expansão da globalização e do neoliberalismo, o que motiva a organização por meio de diferenças e desigualdades. Além disso, é a partir da mercantilização do espaço impulsionada pelos grandes agentes econômicos globais, que a habitação vira mercadoria e possibilita o acúmulo de mais valia de maneira espacialmente desigual e, conseqüentemente, surgem as desigualdades socioespaciais.

Para se tratar de habitação, inicialmente é necessário abordar a mercantilização do espaço, o qual é produzido historicamente e se torna base da reprodução do urbano (CARLOS, 2020). Esta reprodução é impulsionada no processo de urbanização por meio do capital financeiro e imobiliário de grandes agentes internacionais característicos da globalização, os quais agem sob o solo urbano originando um

processo de acumulação primitiva do capital e de mais valia, motivando a especulação imobiliária sob o mercado financeiro e a valorização do solo urbano, em especial das áreas centrais do interesse do capital. É no processo de valorização do espaço como condição, meio e produto, que o mesmo se torna capaz de reproduzir capital e acumular mais valia (VOLOCHKO, 2020), se tornando mercadoria e produto do trabalho social (LEFEBVRE, 2004 *apud* VOLOCHKO, 2020).

O interesse do mercado imobiliário pelo solo urbano possibilita a valorização desses terrenos, atraindo mais investimentos e serviços do setor terciário, além de produzir transformações socioespaciais nos lugares. Além disso, esse processo de transformação do espaço ocasiona também, um acúmulo de capital e de trabalho social, o qual se dá de maneira desigual.

É por meio da mercantilização e do acúmulo desigual do trabalho social no espaço que as desigualdades do capital são estimuladas, sejam elas pela valorização produzida social e historicamente ligada ao seu valor de troca e de interesses do capital, ou por meio da fragmentação do espaço entre Estado e mercado imobiliário e financeiro (VOLOCHKO, 2020). A valorização do solo urbano pode ocasionar: alteração no padrão de moradias; aumento de aluguéis e a mudança no padrão de consumo. Nesse processo o potencial de consumo se transforma e a pobreza marginal, abordada por Milton Santos ([2000]; 2021), toma forma. Consequentemente, essas três possibilidades mudam também o público que habita o lugar. A moradia se torna uma mercadoria em disputa no processo de valorização do solo urbano, uma disputa entre o mercado imobiliário e a população local, vencendo aquele que acumula capital, assim, “os incluídos aumentam suas vantagens relativas sobre os excluídos, se apropriando de forma mais efetiva dos benefícios gerados pela sociedade ou pelo Estado.” (SCALON, 2011, p.51) e gerando mais desigualdade.

Devido a isso, a população local se distancia cada vez mais da casa própria e mantém um padrão que as submete a viver de aluguéis, os quais se tornam mais caros. Segundo Volochko (2020) “para o segmento popular a moradia não deve ser encarada como um bem de consumo, mas como um bem de necessidade” (VOLOCHKO, 2020, p. 105), mas com o processo de especulação imobiliária a população opta, involuntariamente, por continuar morando em casas alugadas.

Porém, essa população que continua morando em casas alugadas na região central está fadada diariamente a um processo de especulação imobiliária que cada dia supervaloriza o solo urbano e, consequentemente, os aluguéis. Esse aumento impulsivo

dos aluguéis origina a constante busca por moradias mais baratas, fazendo com que habitem moradias precárias e se impulse o déficit habitacional.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2018), o déficit habitacional demonstra a necessidade de construção de novas moradias, as quais contribuiriam para solucionar problemas sociais. O índice é composto por quatro variáveis, sendo elas: habitações precárias, coabitação familiar, ônus excessivo de aluguel e adensamento excessivo de domicílios alugados.

As habitações precárias incluem os domicílios rústicos e os domicílios improvisados (FJP; MCID; SNH, 2013). A coabitação familiar, por sua vez, retrata o número de residências que são divididas por duas ou mais famílias. O ônus excessivo de aluguel “corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP; MCID; SNH, 2013, p. 18). O adensamento excessivo de domicílios alugados, por fim, corresponde a 3 ou mais moradores em um mesmo dormitório (FJP; MCID; SNH, 2013).

Em 2019, a região metropolitana de São Paulo contabilizava 590.706 domicílios em déficit habitacional. São em momentos de crise que esses dados se tornam ainda mais alarmantes, pois é essa população que em crises econômicas em que aumenta o número de desempregados, vê sua renda diminuir ou até zerar, e consequentemente sua forma de sobrevivência e de suprir necessidades, sejam alimentares ou habitacionais, são impulsionadas a encontrar outras medidas de sobrevivência. No caso da habitação há duas saídas: a coabitação familiar ou o habitar a rua.

É nesses momentos que a população em situação de rua, que já existe como um fenômeno de regiões centrais, aumenta em números absolutos, principalmente em regiões impulsionadas pelo mercado financeiro e imobiliário da especulação e mercantilização da moradia e do espaço urbano. São os agentes financeiros da globalização responsáveis pela mercantilização do espaço e da habitação que impulsionam a pobreza marginal e estrutural, e dão forma aos grandes números da população em situação de rua.

1. 3. A população em situação de rua

Como exposto anteriormente, a população em situação de rua já existe enquanto fenômeno urbano e é constantemente impulsionada pela mercantilização do espaço e pelas crises financeiras e trabalhistas. Além de influenciada em números, a

caracterização dessa população também altera e, com ela, a sua conceituação. Do senso comum de população desempregada e dependente química, à constatação em números de ser uma população trabalhadora desempregada que perdeu moradia, a nomenclatura para se referir a eles altera. Os conceitos atribuídos trazem consigo muito significado e relevância na forma como é visto esse grupo social, seja esse significado na gestão pública ou no senso comum. Mendigo, marginal, excluído, morador de rua, população de rua e população em situação de rua são alguns desses conceitos.

Na era pré-industrial na Europa o termo mais utilizado era o ‘**mendigo**’. Associado ao pedinte e ao não trabalhador, eles eram vistos como disseminadores de doenças e de desordem pois acreditavam que os mesmos tinham condições de trabalhar e sair dessa situação, mas insistiam como “rebeldes” contra o sistema, como “classes perigosas” podendo causar até mesmo prisão (BRANDÃO, MATOS e REZENDE, 1981, *apud* VALLADARES, 1991). Nessa visão, o pobre era visto como o que não se transformava em trabalhador formal, permanecia em uma constância de apenas sobrevivência. O vadio, por sua vez, era associado a ociosidade, preguiça, malandragem que o distância do trabalhador. Sendo tanto a pobreza, como a vadiagem vista como responsabilidade individual (VALLADARES, 1991).

Por outro lado, havia a mendicância por necessidade, sendo essa protegida pela caridade. Assim, o mendigo une o pedido de esmola, devido à falta de recursos, e a negação de trabalho pelo sistema (ESCOREL, 1999 *apud* CERQUEIRA, 2011). Essa visão científica do conceito mendigo é ressignificada de forma pejorativa pelo senso comum. Para a população em geral, o mendigo é o “preguiçoso e viciado” o qual não quer trabalhar para se sustentar e por isso prefere sobreviver de esmolas na rua, os que para o Banco Mundial seriam foco de políticas de combate à pobreza, porém a realidade é que a grande maioria da população em situação de rua se encontra desempregada momentaneamente ou se insere no sistema como trabalhador informal. Segundo Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico da População em Situação de Rua, coletada a partir do Censo da População em Situação de Rua de 2021 do Município de São Paulo, 54,5% da população em situação de rua tem como ocupação o trabalho informal, sendo desses 33,9% fazendo bicos, 16,7% trabalhando por conta e 3,9 % empregado sem registro em carteira. Ademais, vale destacar que as principais atividades econômicas desenvolvidas por esse grupo populacional para ganhar dinheiro, além de pedir (13,6%), se enquadram em catador de materiais recicláveis (27%), comércio

ambulante (10,2%), ajudante geral (7,2%) e outras atividades autônomas (7,8), ou seja, serviços informais da economia.

Ao se inserir no trabalho informal, essa população também passa a ser vista como **‘marginalizada’** frente ao sistema em que está inserida. Marginalização, nos termos científicos, reflete estar à margem do sistema de consumo, dos direitos e do espaço, assim como abordado por Milton Santos ([2000]; 2021). São as diferenças socioeconômicas que geram essa localização à margem de uma população específica da sociedade. Segundo Pichler, 1980 apud Cerqueira:

[...] quando um grupo que já possui uma posição consolidada na estratificação social não aceita outro, gera a marginalização daqueles que aspiram ocupar um lugar no mesmo estrato; ou seja, há barreiras sociais invisíveis e intransponíveis, que impedem a integração e que se situam no plano dos valores desses grupos que compõem as classes sociais. As diferenças socioeconômicas acarretam na fragilização dos sujeitos e os tornam, muitas vezes, desnecessários para a sociedade, colocando-os em uma posição de inferioridade ou de despertencimento social. (2011, p.49)

A partir dessa fragilização dos sujeitos, a marginalidade se expressa no social, sendo marcada pelo rompimento de vínculos de afeto e de território. Ademais, segundo o senso comum, o termo marginal traz consigo uma significação pejorativa e ligada a violência. Ao utilizá-lo para nomear a população em situação de rua, além de tratá-lo como distante do sistema, ainda o enquadra socialmente como violento, delinquente, vândalo, entre outras coisas que tornam o preconceito presente na realidade dessa população.

Assim, essa população que vive à margem do sistema passa a ser excluída do meio social, podendo ser qualificada como **‘excluída’**. O termo traz à tona a negação do acesso a um direito que muitas vezes está ligado à cidadania. O caso da população em situação de rua é a negação a uma moradia de qualidade que segundo o art.6º da Constituição é direito de todo cidadão brasileiro¹. Com a mercantilização da moradia e a negação do consumo para a população, eles passam a não ter acesso ao direito básico, que indica exclusão do sistema. O habitar a rua traz à tona a pobreza a vista e com ela o preconceito e o distanciamento dos outros com essa parte da população através da insignificância e da rejeição, trazendo consigo uma exclusão social.

¹ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

A exclusão social diz respeito tanto ao não acesso a bens e serviços básicos como à existência de segmentos sociais sobrando, passando pela negação dos direitos humanos, da cidadania, da seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente. O conceito de exclusão social passou a ser associado, ainda, à situação de não ter: não ter acesso a terra para produzir o necessário, não ter trabalho, não ter renda suficiente para atender às necessidades básicas, etc. (CAMPOS et al, 2003). Entretanto, o significado de exclusão social vai para além da situação de não possuir algo. (CERQUEIRA, 2011, p.52)

Ademais, ao utilizar o termo exclusão para se referir a população em situação de rua, refere-se também ao não pertencimento, seja esse ligado à interação social e ao sistema. Esse apagamento se repercute também nos aspectos políticos e sociais e com eles as políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

Porém, apesar de ser notado que a população em situação de rua é marcada por fatores de exclusão, o conceito excluído deve ser evitado ao nomear esse grupo populacional, pois apesar dessas pessoas serem constantemente apagadas/ignoradas frente ao econômico, político e social, nenhum indivíduo é excluído do sistema em si e sim estão localizados fora do centro privilegiado. A negação do direito acontece assim, aos não privilegiados do sistema.

Com isso passam a ser adotados termos mais específicos para esse grupo populacional. O primeiro a ser discutido é **‘morador de rua’**. Para Giorgetti, ao se referir aos moradores de rua:

[...] trata-se de indivíduos sem uma habitação e que satisfazem tal necessidade seja procurando uma instituição social, seja se apropriando e transformando o espaço público em moradia. Em geral, é uma população essencialmente masculina, de desempregados ou trabalhadores que realizam trabalhos precários, muitas vezes de grande utilidade pública, como a atividade de catador de papel realizada em São Paulo (2006, p.24).

Segundo a autora, morar na rua está diretamente ligado com a questão de desenvolver atividades de sobrevivência na rua, como o trabalho informal, mas como algo momentâneo. O dormir na rua pode ser algo efêmero como em momentos de uso de entorpecentes e bebidas alcoólicas, ou como na necessidade de habitar o centro e não ter condições de arcar com os altos custos de moradia na localização. Além disso, os moradores de rua que dormem em casas de acolhida, sejam elas cedidas pelo Estado ou por ONGs, também se encaixam nessa classificação.

Há ainda uma discussão desenvolvida por Vieira, Bezerra e Rosa (1994) sobre a questão de ficar na rua, estar na rua e ser da rua. Os três conceitos variam conforme a

periodicidade de permanecer na rua, a forma de sustento/trabalho e as relações pessoais. O **ficar na rua** está ligado à população que devido a falta de recursos se encontra na situação de pernoitar nas ruas, porém, existe um medo frequente dessa situação e com isso, busca se distanciar da realidade o mais rápido possível por meio de trabalhos na construção civil, vigilância, entre outros. O ficar na rua torna-se assim circunstancial.

O **estar na rua**, por sua vez, caracteriza pessoas que optam por pernoitar na rua até estabelecer novas alternativas de sobrevivência para alimentação e habitação por meio de trabalhos informais, como fazer bicos, coletar material reciclável, ajudante em geral, entre outros. São considerados trabalhadores desempregados, e por isso, a periodicidade de pernoitar na rua é dada como recente.

Por fim, o **ser da rua**, ultrapassa o momentâneo e é dado como uma situação permanente, devido às circunstâncias físicas e mentais em que estão submetidos a um tempo. A má alimentação, condições precárias de higiene, constante violência, perda de documentos, dificulta essa população de ser contratada mesmo que temporariamente, fazendo com que a principal forma de renda e subsistência seja coleta de materiais e assistencialismo. A rua para esses se torna o único espaço de convívio e sobrevivência. É na rua que se estabelecem, monetariamente e socialmente. A permanência no espaço ultrapassa o individualismo e passa a constituir o próprio sujeito, assim, se tornando ser da rua. (Vieira, Bezerra e Rosa, 1994, p. 93-95)

Desta forma, esse grupo populacional traz como marca a heterogeneidade, seja na permanência na rua, nas relações de trabalho, nas relações sociais, ou até mesmo nas características de perfil. Com isso, o debate sobre o próprio conceito parte do fato que “**moradores de rua**” não traz consigo essas diferenças abrangentes. O termo assim é suficiente para quando se refere a um grupo específico em uma determinada localização, como uma praça, uma ponte, entre outros, que apresentam uma similaridade entre eles, o morar na rua. Porém, ao tratar de todas essas pessoas é preferível se referir ao conceito de população. A partir disso passa-se a adotar o termo ‘**população de rua**’.

Além de incluir toda a diversidade desse grupo populacional, o termo citado traz consigo ainda uma desmistificação dos aspectos reproduzidos pelo senso comum a partir dos termos mais generalistas citados anteriormente como mendigo, marginal e excluído. Por outro lado, acredita-se que outra palavra deve ser incluída neste conceito para adaptá-lo em relação às condições desse grupo tornando assim a ‘**população em**

situação de rua'. O termo '*em situação*' abarca a temporalidade momentânea dessa condição. Segundo Nonato e Raiol :

A expressão situação de rua traduz bem as condições de 'fragilidade', 'incerteza', 'provisoriedade' e 'precariedade' nas quais vivem indivíduos e grupos sem-lugar que, regra geral, não utilizam "moradia convencional regular". Aliada a essas condições, tem-se um processo de produção social e afirmação de identidades que diz o lugar, o papel ou a posição da pessoa na sociedade, suscitando, também, múltiplos sentimentos de pertencimento e lugar no mundo. (2016, p.82)

Dessa forma, ao adotar esse último conceito ao se referir a esse grupo heterogêneo, há uma escolha relativa a algo que pode ser revertido e alterado a partir de ações estatais e sociais de acolhimento a esse público. Segundo Cerqueira: "Quando se diz 'em situação' de rua, remete-se à ideia de um tempo passageiro nas ruas, o que, por sua vez, induz a algo reversível, mutável, um problema que pode ser solucionado." (2011, p.55).

A partir das discussões do conceito, é necessário retomar a caracterização desse grupo. Segundo a Política Nacional para População em Situação de Rua de 2009:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

Além do conceito, o número dessa população e a caracterização da mesma se alterou com o tempo. Novamente a urbanização teve papel fundamental nesse momento. A passagem de uma população migrante, para desempregados e/ou trabalhadores informais que perderam a renda, tem uma ampliação a partir da expansão do neoliberalismo na década de 1990.

CAPÍTULO II - População em situação de rua: do conceito aos motivos

Como exposto no primeiro capítulo do presente trabalho, o conceito de população em situação de rua ultrapassou diversas barreiras até alcançar um termo que abrangesse a diversidade, a temporalidade e as circunstâncias dessa população. A diversidade, em primeiro lugar, é representada pelo termo “**população**”, o qual indica ser um grupo heterogêneo de indivíduos. O termo “**em situação**”, por sua vez, retrata o não definitivo da condição de habitar a rua, ou seja, indica a possibilidade de reversão, abordando a temporalidade do conceito. Por fim, “**de rua**” traz consigo o espaço de permanência dessa população, a qual negada de direitos básicos, como a moradia, é sujeitada a habitar a rua como sobrevivência.

A partir do exposto, o presente capítulo tem como objetivo retratar, por meio das Amostragens e Censos da População em Situação de Rua do município de São Paulo, a utilização do termo e a configuração da característica dessa população frente aos motivos que originaram o morar na rua. Para dialogar com o quantitativo, nos embasaremos na discussão da publicação *Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua* (2009), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Além disso, utilizaremos artigos e livros acadêmicos, como *Barreiras à cidadania nas políticas sociais para a população em situação de rua* (2016), de Cabral Júnior e Costa, e o livro *População de Rua: quem é, como vive, como é vista* (1994), organizado por Vieira, Bezerra e Rosa.

2.1 Censo da População em Situação de Rua: um breve debate sobre metodologias e abordagens

As contagens da população em situação de rua, independente do órgão e escala, são de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas e segurança da cidadania e condições sociais. Porém, mais do que saber os números, é necessário conhecer o perfil dessa população. Segundo Júnior e Costa (2016), a dificuldade de se pesquisar a população em situação de rua devido a seu caráter nômade, converte-se em uma barreira à cidadania dos mesmos. É nessa perspectiva que as pesquisas socioeconômicas realizadas junto com o Censo da População em Situação de Rua se tornam de extrema importância, pois conseguem, por meio do quantitativo, impulsionar teorias e pesquisas qualitativas.

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo e em movimento, podendo ser considerada nômade. Essa constante movimentação ocorre pela busca de

recursos de sobrevivência e locais para pernoitar. Devido a esse fator, é difícil realizar uma contagem lenta e espaçada. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009), é recomendado que se realize a contagem em uma única noite, em menor período possível, de forma a diminuir o desvio de dados e a dupla contagem devido a movimentação. Além disso, não é recomendado fazer a contagem em feriados e finais de semana, pois o grande movimento de pessoas pelas ruas pode gerar um deslocamento da população em situação de rua ou, até mesmo, a contagem de pessoas que pernoitaram apenas naquele dia.

Existe também uma recomendação para a não realização das contagens durante o inverno devido às políticas públicas de combate ao frio. Por exemplo, o movimento Baixas Temperaturas no município de São Paulo é realizado quando as temperaturas atingem 13 °C, momento em que ocorre a ampliação do número de vagas em casas de acolhidas e a realização de uma ação para levar essa população a ocupar as vagas. Essas variáveis podem gerar um desvio nos dados obtidos.

Além disso, para essa contagem, é necessário considerar os diversos espaços públicos em que essa população pode pernoitar, como albergues, abrigos, casas de passagem e/ou de apoio, hospitais, clínicas e casas de convivência, além propriamente da rua (BRASIL. MDS, 2009). Ou seja, é necessário considerar todos os lugares e não apenas os visíveis. É a partir do mapeamento desta população que o Estado é capaz de agir garantindo a cidadania para além do assistencialismo, dando dimensão ao fenômeno. O censo permite, assim, romper com a ideia individual do sujeito que vive na rua e trabalha, com a questão do coletivo populacional, ou seja, não é mais um fenômeno isolado para as políticas públicas.

Essa população vive constantemente à margem da sociedade, devido à negação de seus direitos sociais e fundamentais, como a moradia de qualidade. Além de morar, são necessários critérios básicos de sobrevivência e cidadania, o que não é alcançado no espaço da rua. Por meio do mapeamento e dos censos, é possível realizar políticas públicas ligadas não só a condições sociais e ao assistencialismo, mas também considerar a heterogeneidade dessa população e a necessidade além da moradia. É por meio dessas pesquisas que é possível projetar a reinserção social e reinclusão dessa população no sistema (JÚNIOR; COSTA, 2016), seja no mercado de trabalho, na educação ou até mesmo, nos movimentos sociais.

É recomendado que a pesquisa seja realizada por meio de questionários padronizados, de modo informal, os quais possibilitam verificar a dupla resposta devido

ao padrão de movimentação dessa população. Além disso, é indicado que a pesquisa em campo seja feita por grupos de entrevistadores e não de maneira individual (BRASIL. MDS, 2009), o fator que justifica a não realização de trabalho de campo pelo presente trabalho.

Assim, é necessário ter metodologias que valorizem as dimensões éticas e a heterogeneidade dessa população, ou seja, abordagens específicas para entrevistá-los. A abordagem dessa população deve ser feita de maneira cautelosa, de forma a valorizar a vivência e os motivos individuais, dando enfoque ao individualismo e não ao igualitarismo (JÚNIOR; COSTA, 2016), além do respeito ao espaço de permanência.

A rua, para essa população, é vista como propriedade, lugar privado e de pertencimento, então, para realizar as entrevistas é necessário o respeito ao espaço em que pernoitam e habitam. O habitar nessa situação transpassa o processo de moradia. Apesar de não ter contato com o domicílio, o *habitat* vai além de apenas estar, ele percorre o fator permanecer. Para Santos (2006) *apud* Radkawski (2002), *habitat* é um termo que abrange a relação entre o lugar e o sujeito que lá permanece, constituindo parte da identidade individual. Segundo Kasper (2006), o habitar começa da domesticação do tempo e do espaço, que vai gerando uma ordenação doméstica e do cotidiano, mesmo que de maneira temporária.

Devido a negação da moradia, seja pelo fato dela ter se transformado em mercadoria (VOLOCHKO, 2020), ou até mesmo, como uma consequência da pobreza estrutural (SANTOS, [2000]; 2021) causada pela expansão do neoliberalismo, a população em situação de rua passa por um processo de criação de identidade individual e territorial e do habitar com a rua. “A população em situação de rua ressignifica as configurações socioespaciais do espaço urbano, criando territorialidades. Transforma o espaço público, precário, vulnerável e instável em lar; reconfigura locais de passagem em abrigo” (ALBUQUERQUE, 2017, p.9). Nesse sentido, a publicação do Ministério do Desenvolvimento Social (2009) indica a necessidade de respeitar o espaço dos indivíduos durante a entrevista.

As metodologias citadas anteriormente são recomendações para romper barreiras à cidadania e garantir, além do mínimo social, como a moradia e um espaço seguro para habitar, a inserção social e a acessibilidade dos direitos sociais para a população em situação de rua.

O primeiro levantamento estatal no município de São Paulo foi feito sob gestão da então prefeita, Luiza Erundina, em 1991, e ainda restrito à área central e urbana do

município. Nessa amostragem, a população em situação de rua era vista como “a que sobrevive da rua, utilizando-a circunstancialmente ou de forma permanente como moradia” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p. 14). Além de ser o primeiro do município, foi também o primeiro do Brasil. Porém, apenas durante a gestão de Celso Pitta, em 2000, que o primeiro Censo da População em Situação de Rua foi realizado.

As abordagens metodológicas adotadas durante a década de 1990 e a partir dos anos 2000 divergem entre elas principalmente pelo fato de a contagem durante a década de 1990 ser feita em veículos, sem abordagem e sem busca ativa de moradores não visíveis, o que torna imprecisos os dados coletados (PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS, 2009). A partir dos anos 2000, a metodologia de trabalho de campo se alterou e junto dela, os dados coletados. Devido a esse fator, não é possível fazer uma análise comparativa dos dados antes do primeiro censo com metodologia mais precisa, no ano de 2000, justificando assim o recorte temporal do presente trabalho.

Por ser um fenômeno emergente e rápido, as contagens não podem ser realizadas de 10 em 10 anos, como ocorre nos censos demográficos realizados pelo IBGE. Devido a isso, em 2001 foi criado o Decreto nº40232/01 que exige que todas as gestões do município de São Paulo realizem uma contagem/censo da população em situação de rua até o terceiro ano do mandato (BRASIL. MDS, 2009).

Art. 8º O Executivo deverá até o terceiro ano de gestão realizar o recenseamento da população de rua da Cidade.

§ 1º - Nos demais anos de gestão os censos anuais poderão usar metodologias alternativas de modo que, a cada ano, seja caracterizado um segmento específico como: população adulta de rua, população infante-juvenil, população usuária de cada modalidade de serviços.

§ 2º - Os resultados do recenseamento quadrienal e dos censos anuais deverão ser publicados no Diário Oficial do Município, obedecido o critério territorial dos distritos administrativos.

§ 3º Na realização de censos de caráter qualitativo, deverão constar as classificações quanto à orientação sexual e à identidade de gênero, destinadas a subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas aos respectivos segmentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. (Redação acrescida pelo Decreto nº 55.874/2015) (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2001).

Desde então, têm-se catalogado no site da Prefeitura do Município de São Paulo²: Levantamento Censitário e Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua (2000); Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua (2003); Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (2006); Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (2007); Censo e Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua (2009); Censo da População em Situação de Rua (2011); Censo e Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua (2015); Censo da População em Situação de Rua (2019); Censo da População em Situação de Rua (2021); e Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (2022).

Para a realização da presente pesquisa foram considerados os Censos da População Adulta em Situação de Rua dos anos de 2000, 2009, 2011, 2015, 2019 e 2021, e a Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua de 2003, justificada pela abordagem metodológica do enquadramento de perfis comparativos entre os anos. O recorte de dados se deu pelo fato de a população adulta ser majoritariamente a composição da População Economicamente Ativa (PEA), a qual sofre com as crises trabalhistas e, consequentemente, imobiliária e social. A seguir, faremos um desdobramento sobre as metodologias abordadas pelas pesquisas censitárias.

2.1.1 Levantamento Censitário e Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua (2000)

A metodologia abordada no Censo de 2000, município sob gestão de Celso Pitta, levou em consideração o sujeito de análise como:

[..] moradores de rua o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são moradores de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de entidades sociais. (PREFEITURA DE SÃO PAULO. SAS, 2000, p.2)

O Levantamento Censitário ocorreu na primeira fase da pesquisa, abarcando tanto logradouros como albergues. Ao total contabilizou 8 706 pessoas em situação de

² PESQUISA. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626> Acesso em: 13 dez. 2022.

rua, sendo 5 013 em logradouros públicos e 3 693 em albergues. Além disso, considerou dados como cor, gênero, idade e permanência na rua.

A segunda etapa, a Caracterização Socioeconômica, por sua vez, leva em consideração a metodologia adotada pelo Levantamento Censitário da mesma época. Foi realizada uma amostragem da população que pernoita em logradouros e a que pernoita em albergues. No primeiro caso, foram sorteados sete albergues e realizadas 119 entrevistas, incluindo os distritos da Mooca, Liberdade, Brás, Santo Amaro, Penha, Pinheiros e Santana. Pela amostra daqueles que pernoitam nos logradouros foram realizadas 443 entrevistas nos 26 distritos do município, incluindo Sé, República, Santa Cecília, Consolação e Perdizes, Bela Vista e Liberdade, Bom Retiro e Pari, Jardim Paulista e Vila Mariana, Barra Funda, Vila Leopoldina e Lapa, Campo Belo e Santo Amaro, Itaim Bibi e Pinheiros, Cambuci, Ipiranga e Mooca, Brás, Belém, Tatuapé e Penha, e Santana.

Foram considerados aspectos como permanência na rua; vínculos familiares; soluções a necessidades básicas, como alimentação, saúde e higiene; agressões físicas e verbais; renda e trabalho; qualificação profissional e ocupação; serviços oferecidos pela Secretaria de Assistência Social; e caracterização como sexo, origem, idade, cor, escolaridade e posse de documentos.

2.1.2 Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua (2003)

No ano de 2003, sob gestão de Marta Suplicy, o município de São Paulo optou por realizar apenas uma estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua. Apesar de não realizar uma pesquisa censitária e a amostragem do perfil socioeconômico por meio da justificativa de reduções orçamentárias, a estimativa cumpriu com o Decreto nº40232/01 e realizou uma contagem nos três primeiros anos da gestão.

Para essa estimativa, foi considerado população em situação de rua como:

[...] o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são pessoas em situação de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. SMADS, 2003).

A estimativa se deu em 29 distritos do município, nos quais se concentravam 90% da população em situação de rua em 2000. Para isso, foi replicada a mesma

metodologia de pesquisa do censo de 2000 nos 11 distritos centrais, sendo eles: Sé, República, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci e Santana. Os demais 18 distritos abordados foram contabilizados por meio de esquema amostral correlacional com os dados obtidos no censo de 2000.

Os resultados indicam um número de 10 399 pessoas em situação de rua, sendo desses 4 213 em logradouros e 6 186 albergados. Os recenseados nos 11 distritos centrais contabilizam 6 405 pessoas, sendo 2 834 em logradouros e 3 571 em albergues. Os estimados, por sua vez, contabilizam o restante de 3 994 pessoas em situação de rua, estando 1 379 na rua e 2 615 albergados.

2.1.3 Censo e Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua (2009)

O Censo da População Adulta em Situação de Rua de 2009, sob gestão de Gilberto Kassab, foi realizado com a perspectiva de adotar abordagens e o quadro de referência semelhantes a pesquisa de 2000 e a estimativa de 2003, com o objetivo de possibilitar a comparação dos resultados entre elas. Partindo dessa ideia, é necessário conceituar a população perante a pesquisa de 2009, que a considerou como:

[...] as pessoas que não têm moradia e que pernoitam nas ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos, mocós, terrenos baldios e áreas externas de imóveis. Da mesma forma, foram igualmente considerados moradores de rua aquelas pessoas, ou famílias, que, também sem moradia, pernoitam em centros de acolhida ou abrigos. (PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS, 2009, p. 4).

O recenseamento foi realizado no período noturno, de segunda a quinta-feira, respeitando a dinâmica de movimentação tanto da população em situação de rua, como da cidade. Para a pesquisa, o município foi dividido em 9 distritos censitários, os quais agruparam a divisão dos distritos municipais. Nesses, foram colocados em foco nos roteiros de campo os pontos de atração para essa população em logradouros, como por exemplo: áreas de comércio, avenidas, viadutos, praças, estações de metrô, rodoviárias, entre outros. Além disso, foi considerada a população em casas de acolhida conveniadas ou não com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMADS). Por meio de entrevistas com fichas de recenseamento, foram contabilizadas 13 666 pessoas em situação de rua, sendo 6 587 em logradouros e 7 079 acolhidos.

2.1.4 Censo da População em Situação de Rua (2011)

A pesquisa de 2011, sob gestão de Gilberto Kassab, foi realizada seguindo a mesma abordagem metodológica dos censos anteriores, pautada em uma divisão dos 96 distritos municipais em 9 distritos censitários, buscando possibilitar a comparação demográfica ao longo dos anos. Além disso, foi considerada a população em rua e acolhida pela rede municipal de assistência social. Considerando também como variável censitária, além da localização, a idade, a cor e o sexo. O recenseamento resultou em 14 478 pessoas em situação de rua, sendo 6 765 na rua e 7 713 em casas de acolhida. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, SMADS, 2011).

2.1.5 Censo e Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua (2015)

O Censo e a Caracterização Socioeconômica de 2015, sob gestão de Fernando Haddad, contabilizou 15 905 pessoas em situação de rua, sendo que dessas, 7 735 se encontravam pernoitando na rua e 8 570 em casas de acolhida. Para a pesquisa, é considerada população em situação de rua:

[...] como o conjunto de pessoas que por contingência temporária, ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são considerados moradores de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de entidades sociais (PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS, 2015, p. 2).

A pesquisa se limitou a duas questões centrais: ‘Quantas pessoas se encontram em situação de rua?’ e ‘Qual sua localização?’. Para respondê-las, adotou-se a mesma metodologia de censos anteriores, ou seja, os distritos municipais foram divididos em nove distritos censitários, sendo que em cada um deles foi adotada uma metodologia diferente para o percurso em campo, planejado anteriormente por um mapa/roteiro. A divisão desses distritos censitários considera três aspectos principais, sendo eles: o tamanho a ser percorrido em uma única noite; barreiras naturais de deslocamento como linhas de trem, rios, grandes avenidas, entre outros; e os distritos municipais inteiros em um mesmo distrito censitário. O resultado foi a adoção dos mesmos distritos censitários de 2009.

Para o mapeamento, foram utilizados recursos digitais como o *Street View* do google e noticiários atuais que indicavam a concentração da população em situação de rua. Além disso, foram consideradas cinco variáveis principais:

- Limites do setor, que devem ser respeitados para evitar o risco de sobre enumeração;
- Pontos de atração da população em situação de rua (identificados na construção do quadro de referência);
- Equipamentos urbanos como hospitais, postos de saúde, escolas, mercados sacolões, cemitérios, entre outros;
- Terminais de transporte público como estações de metrô, de trens e de ônibus;
- Áreas definidas como centralidades polares, que concentram o comércio e serviços locais, e que deveriam ser sempre exploradas pelas equipes. (PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS, 2015, p.22).

Tais variáveis aparecem principalmente por serem locais de atração para a população se instalar, devido a concentração de recursos (BRASIL. MDS, 2009). São os grandes centros urbanos e os serviços disponíveis neles que ocasionam a concentração da população em situação de rua nesses locais. São lugares que durante o dia há grande concentração e fluxo de pessoas, e durante a noite, o esvaziamento dos espaços, o que facilita a permanência dessa população, se tornando ponto de atração. Essa variável é de reconhecimento entre as gestões e, com isso, se torna importante para com a metodologia dos Censos da População em Situação de Rua realizados.

O censo foi realizado na totalidade de indivíduos e território municipal, sendo abordado o número de pessoas em situação de rua, acolhidas ou não; moradores que já pernoveram em centros de acolhida; sexo; idade; cor; nacionalidade; mulheres com filhos; pontos de localização; e tipos de serviço de acolhimento. A pesquisa socioeconômica foi realizada por amostragem e considerou idade; sexo; cor; local de origem; escolaridade; alternativas de pernoite; tempo de rua; com quem vive atualmente; com quem viveu na última moradia; perda da família conjugal e uso de álcool e/ou droga; segurança alimentar; trabalho e renda; saúde; deficiências físicas; internações em instituições; orientação sexual; cidadania; e saída da rua. Apesar da pesquisa socioeconômica ser feita por amostragem, é possível por meio dela entender quem é o público a ser estudado e quais políticas públicas devem ser desenvolvidas e aplicadas para assegurar a cidadania e inserção social dos mesmos no sistema.

2.1.6 Censo da População em Situação de Rua (2019)

O Censo da População em Situação de Rua (2019), município sob gestão de Bruno Covas, utilizou como caracterização da população em situação de rua:

[...] indivíduos, pessoas singulares, na condição de “em situação de rua” e população em situação de rua para nos referirmos a agrupamentos, ou ao conjunto de pessoas em situação de rua. A acepção do termo que consideramos mais adequada aos objetivos desta pesquisa é a adotada por Silva (2009), que compreende a população em situação de rua como,

[...] um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, fatores que obrigam seus integrantes a procurar os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos), como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, ainda que utilizem albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradia provisória” (SILVA, 2009, p.136). (PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS, 2019a, p. 31)

Assim como nas pesquisas censitárias anteriores, o município foi dividido em nove distritos censitários, utilizando a divisão original de 2009, a qual já foi replicada em 2015. Foram consideradas como variáveis para não realização das pesquisas em campo os dias em que a dinâmica da cidade muda, seja pela movimentação ou por eventos naturais. Entre essas variáveis foram considerados: dias de chuva; sexta-feiras, sábados, domingos e feriados; áreas de manifestações populares; e áreas com forte repressão policial.

A pesquisa censitária em rua foi realizada por meio de contagem simples, com metodologia de varredura, tanto nos logradouros públicos, por meio de busca ativa, como em casas de acolhimento. Nos trabalhos em rua, os entrevistadores foram divididos em duplas heterogêneas e aplicaram entrevistas por meio de fichas que incluíam perguntas sobre sexo, idade, identificação de gênero e cor, por meio de autodeclaração. Caso houvesse recusa do morador em responder a ficha, os entrevistadores teriam liberdade para preencher por observação. Além disso, foram considerados localização, tipo de ponto e se há moradia improvisada. Os resultados indicaram 24 344 pessoas em situação de rua, dentre essas 12 651 em logradouros públicos e 11 693 em casas de acolhimento.

A pesquisa de perfil socioeconômico, por sua vez, foi realizada por amostragem. Das 24 344 pessoas, apenas 2 222 pessoas foram entrevistadas em relação às

características socioeconômicas. A metodologia foi dada por meio de um questionário longo que considerou:

1) os motivos de ida das pessoas para situação de rua; 2) o modo como vivem nas ruas; 3) a relevância do trabalho, das atividades de geração de renda, e de obtenção de outros recursos necessários à sobrevivência das pessoas em situação de rua; 4) a relação entre a situação de rua e as condições de habitação das pessoas em situação de rua; 5) a identificação das condições de saúde da população em situação de rua; 6) às condições de acesso à itens de cidadania, à serviços assistenciais e a convivência familiar e comunitária; 7) a identificação de possíveis distinções entre os segmentos da população em situação de rua encontrada nas ruas e daqueles encontrados nos centros de acolhida; 8) o acesso as diferentes políticas envolvidas na atenção a população em situação de rua; e 9) a identificação da necessidade de formulação de políticas de atenção que articulem as diversas secretarias e áreas de política social. (PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS, 2019b, p.10)

A partir da pesquisa amostral, foi possível identificar as características socioeconômicas da população e com isso, compreender quem é a população estudada e mapeada.

2.1.7 Censo da População em Situação de Rua (2021)

Por fim, o último Censo da População em Situação de Rua Adulta realizado no município foi no ano de 2021, sob gestão de Bruno Covas, adotou como caracterização do objeto de estudo o Decreto Nº 7053/09 pelo qual:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

Novamente a metodologia abordada foi por meio da divisão do município em nove distritos censitários, onde foram realizados trabalhos de campo para contabilizar e mapear a população em situação de rua acolhida ou não. Para sua realização foi adotada a metodologia de contagem simples e varredura, com um questionário, que assim como em 2019, aborda sexo, identidade de gênero, idade, cor, quanto tempo está na rua e relação de vínculos familiares. No caso das casas de acolhida, é feito um mapeamento prévio dos locais identificados e o mesmo questionário é aplicado, para que não ocorra desvio de dados. Por meio dessa pesquisa, foram contabilizadas 31 884 pessoas em

situação de rua, sendo 19 209 em logradouros públicos e 12 675 em casas de acolhida (PREFEITURA SÃO PAULO. SMADS, 2021).

No caso dos perfis socioeconômicos, foi realizada uma pesquisa amostral com 2021 pessoas entrevistadas previamente pela pesquisa censitária, sendo apenas pessoas com mais de 18 anos. Para sua realização, a pesquisa estratificou a população em duas etapas: referente aos distritos censitários (distribuição espacial); e segundo o sexo. Essa estratificação ocorreu tanto para a população acolhida (Centros de Acolhida, Instituições de Longa Permanência de Idosos, e outras instituições vinculadas ou não a SMADS) como para a população em logradouro. A pesquisa amostral foi realizada entre 14:00 e 21:00 nos logradouros e durante o horário de funcionamento nos locais de acolhida.

Os dados coletados incluíram: identificação; origem, tempo de permanência e motivos da vinda para São Paulo; idade, cor/raça/etnia e sexo; identidade de gênero e orientação sexual; educação; acesso a documentação; ruas e acolhimento institucional; motivos de estar em situação de rua; tempo em que vive em situação de rua; segurança alimentar e cotidiano; trabalho e renda; saúde; deficiência; uso de álcool e drogas; COVID - 19; internação em instituições; cidadania; vivência em situações de violência; participação social, atendimento em serviços públicos e superação da situação de rua; e local de permanência e superação da situação de rua (PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS, 2022).

2.2 Resultados: quem é a população em situação de rua?

A partir do exposto sobre as metodologias adotadas pelos censos e contagens da população em situação de rua no município de São Paulo, é possível destacar que devido ao fato das metodologias serem semelhantes a partir de 2000, pode-se criar uma comparação e uma relação evolutiva dos dados adquiridos. Com isso, nesse momento da presente pesquisa iremos, por meio dos dados obtidos e junto com discussões bibliográficas, destacar o perfil da população em situação de rua. Como parte da hipótese, focaremos nas variáveis de trabalho e renda e motivos e permanência da população em situação de rua nessa condição.

Inicialmente a discussão cabe retratar o perfil demográfico da população em situação de rua, a qual, majoritariamente é adulta, homem e não branca. No último censo, 34,2% da população possuía entre 31 e 49 anos, idade que aparece como maior

frequência também nos demais censos. Além disso, 80,7% é homem e 34,1% parda. O padrão do sexo da população em situação de rua não alterou desde 2000. O sexo masculino sempre foi o mais presente, variando entre 79,4%, no ano 2009 e 84,3%, no ano 2003.

Tabela 2.2.1: Sexo da população em situação de rua 2000 - 2021 (%)

Sexo	2000 (%)	2003 (%)	2009 (%)	2011 (%)	2015 (%)	2019 (%)	2021 (%)
Feminino	14,7	13,7	16,4	13,0	14,6	14,8	16,0
Masculino	83,6	84,3	79,4	82,0	82,0	83,7	80,7
Sem identificação	1,7	2,0	4,2	5,0	3,4	1,5	3,3

Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

Em relação a cor/raça/etnia, a maior presença é entre os não brancos (parda, preta, amarela e indígena), com destaque aos pardos e pretos que ao longo das duas décadas foram maioria entre a população em situação de rua. Cabe aqui a hipótese levantada no decorrer da pesquisa sobre a corporalidade do sujeito, a negação dos direitos e a exclusão social. É constatado historicamente que a população não branca sofre as margens do sistema. A exclusão social, menor remuneração, dificuldades no mercado de trabalho e a negação de direitos são resultados de uma constante ação racista existente com essa população.

As diversas formas de discriminação estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso a um trabalho decente (ABRAMO, 2006).

Não diferente, quando se indica que a população em situação de rua é aquela fadada à pobreza estrutural, a não formalização do mercado de trabalho, ao desemprego e à marginalização social, são os mesmos corpos que sofrem com a exclusão social. É a população não branca que ocupa os espaços da rua como *habitat*, devido ao fato de constantemente estarem fadados à exclusão socioeconômica. A tabela 2.2.2 corrobora

essa afirmação. Com exceção dos censos de 2009, quando a população preta atinge o topo com 37,3%, e 2011, quando a população branca ocupa a primeira colocação com 25%, nos demais anos a população parda sobressaiu em relação aos números.

Tabela 2.2.2: Cor/raça/etnia da população em situação de rua 2000 - 2021 (%)

Cor/ Raça/ Etnia	2000* (%)	2003* (%)	2009 (%)	2011** (%)	2015*** (%)	2019 (%)	2021 (%)
Parda	37,0	36,3	26,0	17,0	29,3	35,0	34,1
Branca	29,4	36,8	28,4	25,0	16,6	21,0	18,7
Preta	25,3	22,6	37,3	21,0	13,5	16,0	17,2
Amarela	0,4	0,6	0,4	0,2	1,0	1,0	0,6
Indígena			0,3	0,3	1,0	1,0	0,6
Não responde u					38,7	10,0	1,2
Sem identificação	7,7	3,5	7,6	36,0	00,00	16,0	27,6

* Os anos de 2000 e 2003 não consideraram a cor/ raça/ etnia indígena, mas agrupou na categoria “outros”, que contabilizou 0,2% nos dois anos.

** Soma disponibilizada pelos relatórios indicam 99,5%.

*** Soma disponibilizado pelos relatórios indicam 100,1%.

Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

Além das características demográficas, é necessário caracterizar os motivos e o tempo de se estar na rua e a ocupação que realizam. Da amostragem coletada pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social no último censo da população em situação de rua, o segundo motivo mais comum para a população se encontrar nessa condição é a perda de trabalho/ renda, que aumentou de 25,8% em 2019 para 28,4% em 2021, perdendo apenas para a variável vínculos familiares interrompidos.

O perfil sociodemográfico da população alterou em relação aos períodos anteriores. Não mais migrantes, a população em situação de rua passou a ser de trabalhadores desempregados, que impulsionados pela escassez de sua renda, perderam suas moradias, o principal motivo de 13,9% da população em situação de rua em 2021, e são impulsionados a morar na rua. Apesar de não ser um dos principais motivos

expostos pelos censos, é de consenso entre acadêmicos e a população em geral que uma característica dessa população é não ter uma habitação.

A moradia enquanto direito do cidadão brasileiro garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988³ é negada para a população em situação de rua, além disso, o direito à cidade também é negado. Para Henri Lefebvre ([1968]; 2008), o direito à cidade é uma reformulação do direito à vida urbana, seja ela os espaços, o lugar de encontro ou o habitar. A negação da moradia para a população em estudo está ligada diretamente a um processo de ampliação do valor de uso e de troca da cidade. É a correlação entre os dois e a transformação da moradia em mercadoria, como retrata Volochko (2020), em que a vida urbana e os espaços urbanos são negados. Até mesmo para se cumprir um direito social é necessário cumprir com uma relação de uso e troca por meio do capital. A partir do pressuposto, o fenômeno da população em situação de rua não é mais um fenômeno de migração - como demonstra o censo de 2000, no qual 80% da população era migrante - torna-se um fenômeno urbano e trabalhista.

Além dos motivos ligados à habitação e ao desemprego, as atuais atividades realizadas pela população para conseguir renda mostram também a influência da crise do trabalho nos sujeitos que habitam a rua. O estigma que essa população não trabalha e vive de mendicância se contradiz com os dados coletados pelos censos. Em 2009, a população que realizava algum tipo de trabalho somava 82,1%, sendo 62,1% catadores de materiais recicláveis. Em 2015, o número de trabalhadores apresentou dados menores em relação a 2009, mas ainda contabilizam 75,6 % dos acolhidos como trabalhadores e 78,6% dos que permanecem em logradouros como trabalhadores. Em 2019 e 2021, os números da população trabalhadora continuam menores que 2009, mas atingem 55,1% e 56,7%, respectivamente. Nos demais anos/censos não foi coletada essa informação.

Dentre os trabalhadores, há atividades mais recorrentes realizadas por eles, apesar de não existir um padrão entre os anos analisados. As principais atividades desenvolvidas são: catadores de materiais recicláveis; carga e descarga/ chapa; ajudante geral; construção civil/ pintor; comércio ambulante; serviço de limpeza/ faxina; lavar e guardar carro; e distribuidor de panfletos. A grande minoria desses trabalhadores não

³ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, *grifo nosso*).

são formalizados e contratados por carteira assinada, se enquadram na categoria de setor não organizado e trabalhadores informais.

A diminuição do pleno emprego e, com ela, a ampliação dos trabalhos informais é uma consequência do avanço da globalização, do neoliberalismo e da precarização do trabalho (LEME, 2010). Essas questões têm relação direta com a diminuição da participação do Estado nas políticas sociais e na seguridade social, por meio de políticas públicas ligadas a direitos sociais, como ao incentivo ao pleno emprego. Ao contrário disso, com a onda neoliberal, o Estado tende a diminuir sua participação e incentivar o empreendedorismo. Como um “tiro pela culatra”, o neoliberalismo impulsionou o trabalho informal e a precarização dos direitos trabalhistas. Segundo Silva (2006), durante a década de 1990, as mudanças no setor do trabalho ocasionaram consequências que contribuíram para com a pobreza, a qual Milton Santos ([2000]; 2021) caracteriza como pobreza estrutural. Entre essas mudanças destaca-se:

[...] a) a elevação das taxas de desemprego; b) as diferentes formas de trabalho precarizado, sejam as formas relacionadas às ocupações do setor organizado (terceirização, subcontratação, temporário, tempo parcial, etc.) ou as ocupações do chamado setor não-organizado (pequenos prestadores de serviços e serviços domésticos em trabalho a domicílio, trabalho por peças, vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates, etc.); e, c) a queda na renda média real dos trabalhadores. (SILVA, 2006, p.184)

São essas mudanças que vêm impulsionando a vulnerabilidade da classe trabalhadora e a ampliação do trabalho informal. Segundo a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 204, de 2015, que busca contribuir para com a formalização do trabalho informal, define economia informal como: “Todas as atividades económicas realizadas por trabalhadores ou unidades económicas que não estão cobertas ou suficientemente cobertas – na lei ou na prática – por acordos formais.” (OIT, 2015). Apesar de não assegurados pela lei ou pela prática, os trabalhadores informais, assim como os formais, continuam à mercê do capitalismo. É a partir da venda dos corpos e da mão de obra, seja para coleta de materiais recicláveis ou para comércio ambulante, que o capital lucra com o trabalho informal. O sujeito, ao vender sua mão de obra em troca de dinheiro para consumir itens básicos de sobrevivência, está subordinado ao capital, como é o caso da população em situação de rua (TIEGO, 2016).

Essa característica quebra o estigma da população que não trabalha. Apesar das adversidades de ocupar cargos do trabalho formal – dificuldade em tomar banho e vestir roupas adequadas à entrevista e precisar indicar um endereço e precisar usar o endereço

do abrigo (SNOW; ANDERSON, 1998 *apud* TIEGO, 2016) – relacionadas ao preconceito para com essa população, eles continuam inseridos no mercado de trabalho por meio do setor informal.

A população em situação é assim, uma população heterogênea, mas que apresenta corporalidades majoritárias. São os corpos não brancos, adultos, trabalhadores informais e negados de cidadania que ocupam as ruas do município de São Paulo como moradia. São os sujeitos negados de direitos e com dificuldade de inserção social, que ocupam os logradouros e os centros de acolhida.

CAPÍTULO III - A expansão da população em situação de rua no município de São Paulo: 2000 - 2021

A população em situação de rua, como exposto anteriormente, é um grupo populacional heterogêneo, com motivos semelhantes para estarem na rua. Motivos os quais estão diretamente relacionados com a realidade socioeconômica e política do local. Neste trabalho, as mudanças de gestões, as políticas higienistas ou até mesmo as crises econômicas, retratam a realidade em números e localização dessa população.

Neste capítulo pretendemos analisar quantitativamente e levantar hipóteses qualitativas da expansão da população em situação de rua no município de São Paulo a partir dos anos 2000, ano em que foi realizado o primeiro Censo da População em Situação de Rua. Como recorte espacial, focaremos na expansão e distribuição dessa população nos 11 distritos centrais do município, são eles: Sé, República, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Bom Retiro, Cambuci, Brás e Pari. Esse recorte espacial foi realizado principalmente pela Estimativa da População em Situação de Rua de 2003 ter realizado a contagem apenas nesses distritos e os demais serem abordados por meio de estimativa. A opção por excluir o distrito de Santana foi por manter o recorte espacial do centro de São Paulo, local marcado por um processo de concentração e desconcentração populacional, comercial e industrial.

Desde o primeiro Censo da População em Situação de Rua, o número absoluto da população em situação de rua aumentou continuamente no município de São Paulo. Em 2000, essa população contabilizava 8 706 pessoas, número que triplicou ao longo das duas décadas analisadas, chegando em 31 884, em 2021. Dentre essa população, 49,16% se concentravam nos distritos centrais do município, padrão presente em todos os censos, como mostram as tabelas 3.1.1 e 3.1.2. Essa concentração está diretamente relacionada com o número de recursos disponíveis para eles, sejam recursos de necessidades básicas, doações, oportunidade de trabalho, ou até mesmo, organizações assistencialistas estatais ou não governamentais.

A concentração de atividades comerciais favorece a rotina dos moradores de rua ao passo que, atraindo consumidores, possibilita seu contato com indivíduos de diferentes segmentos sociais. Ao mesmo tempo, dado o baixo fluxo de pessoas no período noturno, garante a segurança no pernoite. No caso de São Paulo, a região central também se mostra atrativa devido à ampla oferta de material para reciclagem, fonte de renda de parte desta população (ZENEIDI-HENRY, 2002b; LUCENA, 2013; SCHOR, ARTES e BOMFIM, 2003 *apud* ALBUQUERQUE, 2017).

Tabela 3.1.1: Total absoluto da população em situação de rua nos Distritos Centrais do município de São Paulo: 2000 - 2021.

	2000	2003	2009	2011	2015	2019	2021
Distritos centrais	4 676	6 103	7 482	10 013	7 932	13 133	15 675
Município	8 706	1 0399	13 666	14 478	15 905	24 344	31 884

Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

Tabela 3.1.2: Total relativo da população em situação de rua nos Distritos Centrais do município de São Paulo: 2000 - 2021 (%).

	2000	2003	2009	2011	2015	2019	2021
Distritos centrais	57,68	58,68	54,74	69,57	49,87	53,94	49,16
Município	100	100	100	100	100	100	100

Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

Para além da concentração nos distritos centrais, é necessário pontuar o porquê do maior número de pessoas em situação de rua do Brasil estar no município de São Paulo. A cidade é marcada historicamente por um processo de industrialização e concentração de recursos, é por meio dessas vantagens que atraem excedente populacional, investimento privado e com isso, ampliam a mercantilização da cidade. A cidade como obra, destacada por Lefebvre ([1968]; 2008), hoje se transforma em cidade mercadoria.

A noção de “produção da metrópole como negócio”, defendida por Ana Fani Alessandri Carlos (2020) ocorre por meio da combinação entre urbanização contemporânea e espaço compreendido como reprodutível para o capital. É essa junção que impulsiona os empreendimentos imobiliários, os quais resultam na constante reprodução da metrópole. A partir desse processo, reproduz também o capital, o qual se

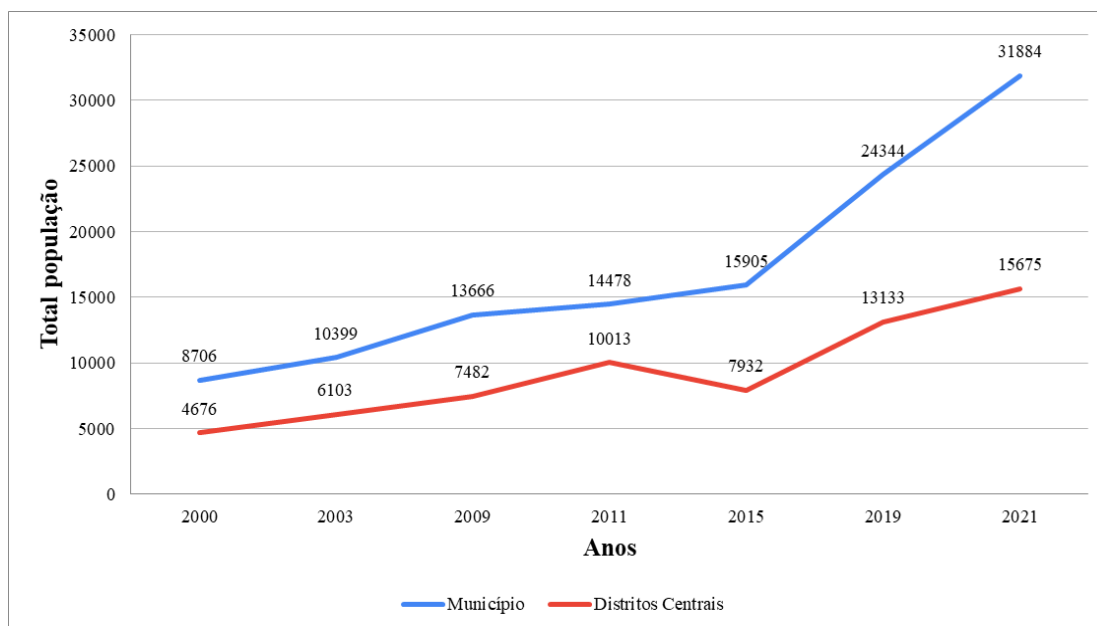
acumula no espaço da metrópole e possibilita a “produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias” (CARLOS, 2020, p.45).

A mercantilização da cidade impulsiona também uma negação do direito à cidade. Carlos (2020) destaca que no plano social da metrópole mercantilizada o sujeito perde condições de vida, pois é realizada constantemente uma ação valor de uso contra o valor de troca, com destaque no setor imobiliário. A metrópole mercantilizada dá origem a excedentes imobiliários, residenciais ou comerciais, os quais movidos pelo capital impulsionam o processo de especulação imobiliária no espaço. É a classe mais pobre que sofre, principalmente, com essas ações. Elas se veem impossibilitadas de arcar com os preços imobiliários ampliados pela mercantilização da metrópole e com isso, abandonam suas casas e acabam por morar na rua. Nessa condição, buscam o mínimo para sobreviver, seja para renda, como trabalhado no capítulo II, ou para dormir de maneira protegida da chuva, frio e da violência.

Ironicamente, é em locais onde ocorre a maior concentração e reprodução de capital, que também se concentra a população em situação de rua, resultado social da mercantilização do espaço urbano. A concentração populacional do povo de rua se espelha também nas concentrações de marquises, bancos, alojamentos, além de áreas comerciais com movimentação diurna e tranquilidade noturna, como é o caso do centro de São Paulo. É por meio dessas “vantagens” que a presente população se concentra nas áreas centrais do município de São Paulo, fator que justifica o recorte espacial da presente dissertação.

Para além dessa concentração, cabe agora debater sobre a expansão em números da população em situação de rua, tanto na escala municipal, como na escala dos distritos centrais, iniciando pelo gráfico 3.1.1.

Gráfico 3.1.1: Número total da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2000 - 2021.



Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

Por meio da análise do gráfico é possível observar que durante as duas décadas, o número absoluto da população em situação de rua aumentou. É de consenso na literatura analisada que à medida que a metrópole se expande por meio do acúmulo de capital, se expande também o excedente populacional e com isso, a população em situação de rua.

Apesar de aumentar gradativamente ao longo dos anos, é a partir de 2015 que os números mudam o padrão. Os anos posteriores ao censo, em especial, foram marcados por diversas mudanças políticas e econômicas na esfera nacional e municipal. No quesito nacional, foi destacado por instabilidade e dualidade política, manifestações pró-impeachment, golpe de Estado e uma crise econômica que repercutiu nos anos seguintes. No caso municipal, repercutindo o antipetismo de esfera nacional, foi eleito em 2016 o prefeito João Dória, sendo a sua gestão reconhecida por forte repressão contra os mais pobres, em especial, para com a população em situação de rua.

Em 2014, momento em que surgiu uma significativa dualidade entre os eleitores brasileiros, foi realizada a eleição para presidente da república, na qual Dilma Rousseff se reelegeu com a maioria dos votos. No mesmo ano que assumiu, em 2015, a movimentação nas ruas e na câmara dos deputados iniciou pedidos de *impeachment* sob

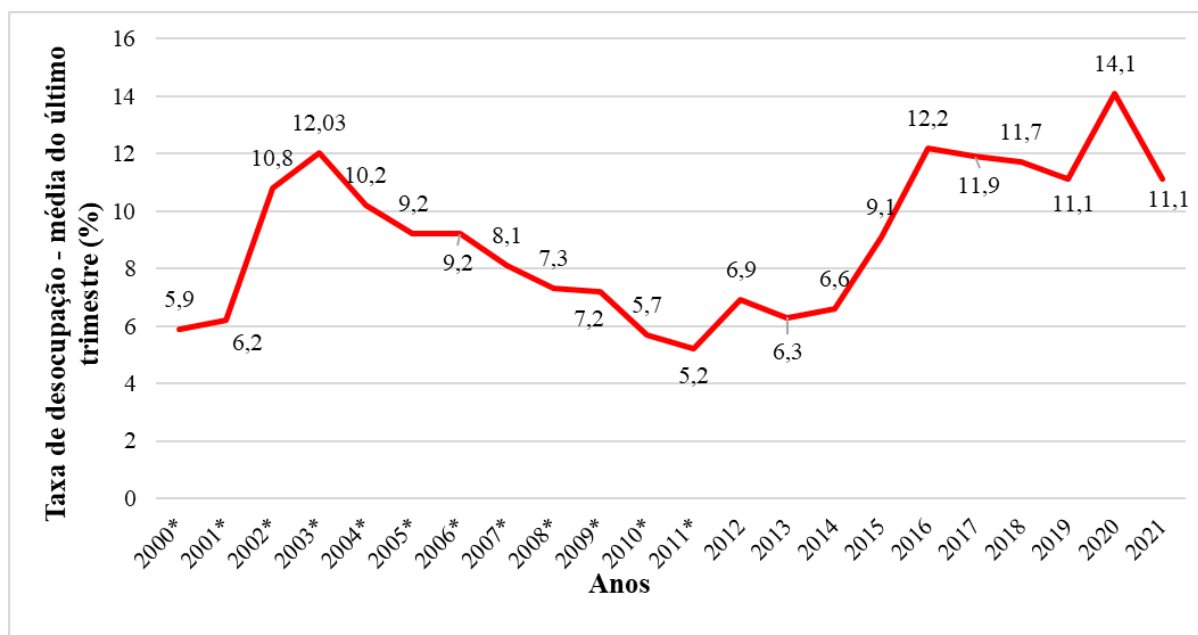
justificativa de fraude fiscal. Apenas em agosto de 2016, sob votação do Senado Federal, o processo é finalizado, a então presidente da república é deposta e Michel Temer assume o cargo.

Durante esse momento de instabilidade política, a crise econômica ganhou forças. A polaridade política aparece também nas justificativas para a instabilidade econômica. De um lado, os apoiadores do golpe que tirou Dilma Rousseff do cargo de presidente, defendem que “as excessivas e voluntaristas intervenções em vários mercados e setores produtivos, as oscilações bruscas na política econômica, o vai e vêm permanente entre a rigidez ideológica e o pragmatismo de curto prazo” (NETO, 2016) são os motivos principais da crise econômica que atingiu e atinge o Brasil. Por outro lado, os apoiadores do governo e a maioria dos economistas heterodoxos acreditam que a crise foi uma consequência da queda dos preços dos bens primários e da desvalorização do Real devido aos estímulos monetários oferecidos pelos Estados Unidos para recuperação da crise dos *subprimes* de 2008, a crise econômica mundial da era do neoliberalismo (NETO, 2016).

Independente do motivo, as consequências foram a retração na economia, o déficit público e o aumento na taxa de desocupação. Devido ao fato da perda de trabalho e renda ser um dos principais fatores para a população em situação de rua estar nessa condição, como indicado no capítulo II da presente dissertação, focaremos na variável taxa de desocupação como consequência da crise econômica que repercutiu a partir da crise política de 2015 e 2016. O gráfico 4.1.2 expõe a taxa média de desocupação no Brasil nos últimos trimestres dentre os anos analisados pela presente dissertação.

Como destaque e correlação, o ano de 2015, no Censo da População em Situação de Rua marca um ponto de alteração no padrão dos números; o mesmo ocorre com a taxa de desocupação no Brasil, ano que teve um aumento a partir do ano de 2014, passando de 6,6% a 12,2 %, de 2014 a 2016. Nos anos seguintes as taxas apresentaram uma pequena queda até 2019. Em 2020, a mesma voltou a crescer sob consequência da crise econômica e epidemiológica da COVID-19, assim como o número absoluto da população em situação de rua no município de São Paulo.

Gráfico 3.1.2: Taxa média de desocupação no Brasil, último trimestre anual (out/nov/dez): 2000 - 2021 (%).



*Os dados foram organizados pela elaboradora por média simples das taxas de ocupação dos meses outubro, novembro e dezembro dos respectivos anos.

Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: IBGE, 2000a; 2000b; 2000c; 2001a; 2001b; 2001c; 2012; 2022.

A dualidade política e o antipetismo que repercutiu na esfera nacional atingiu também a esfera municipal na eleição de 2016. Em disputa a reeleição, o então prefeito do município de São Paulo, Fernando Haddad, sofrendo as consequências do antipetismo que atingiu o Brasil desde 2014, perdeu a eleição para João Dória, o qual assumiu de 2017 a 2018, quando deixou a prefeitura de São Paulo para se candidatar a governador do estado. Apesar de curto, o mandato de Dória foi marcado por forte repressão contra a população em situação de rua.

Apreensões ilegais de pertences, abordagens com jatos d' água e fortes repressões na cracolândia renovaram as políticas higienistas na gestão municipal. Já no início de sua gestão, Dória alterou, sob o decreto nº57.581 de 20 de janeiro de 2017, o decreto nº57.069, de 16 de dezembro de 2016, que dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. Com destaque aos artigos 3º e 8º, as palavras “mediação” e “diálogo” para com a população resistente, são retirados dos artigos, dificultando a comunicação com a população em situação de rua. A alteração no 10º artigo também merece destaque, principalmente pela exclusão do inciso III, que proibia a retirada de utensílios portáteis de sobrevivência, como papelão, colchão, cobertores, entre outros. O artigo amparou

realizações do governo Dória de retirada de pertences da população em situação de rua, ação pautada como higienista. A alteração política e repressora no município, impulsionada pela crise econômica e política que repercutiram no Brasil no mesmo período, servem como hipóteses para o aumento da população em situação de rua a partir de 2015 em São Paulo. Em 2020, o então prefeito Bruno Covas revogou os decretos e instituiu o Decreto Nº 59.246, de 28 de fevereiro de 2020, aparado pela Lei nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019, que consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua.

Além das mudanças políticas e econômicas, outro fator importante que impulsionou o crescimento exponencial da população em situação de rua nos últimos anos foi a crise sanitária, com suas dimensões política e econômica, de COVID-19, que atingiu em esfera nacional e municipal populacional e a economia brasileira. Anos marcados por mortes, desemprego, crise econômica e social, foram também os dois anos que marcaram um aumento de 7 540 pessoas em situação de rua no município de São Paulo segundo os Censos. Das hipóteses desse acontecimento, destacamos dois fatores principais: o aumento do desemprego e o aumento dos impostos sobre compra.

Durante a pandemia de COVID-19, com as medidas de restrição de circulação e da abertura de comércios, uma nova onda de crise econômica repercutiu no Brasil e no mundo. Aproximadamente 2,7 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho devido a pandemia em 2020 (IBGE, 2020), atingindo 14,4% na taxa de desocupação nacional. Além da escassez de renda devido ao desemprego, 16,3 milhões de pessoas passaram a receber menos do que recebiam antes da pandemia (IBGE, 2020). Por outro lado, a taxa da inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi para 4,52% (RUSSI, 2021) e os impostos sobre produtos aumentaram acima do esperado, como por exemplo o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), principal regulador de aumento de aluguéis, acumulou 23,14% em 2020 (MOREIRA, 2020). Com isso, o poder de compra da população despencou em relação aos anos anteriores e o aumento nos produtos básicos e nos preços de aluguéis impulsionaram a pobreza estrutural resultado de um mundo globalizado, da naturalização da pobreza e da expansão do desemprego (SANTOS, [2000]; 2021).

Outro fator a destacar na análise do gráfico 4.1.1 é a variação da concentração de números da população em situação de rua nos distritos centrais, como demonstra a tabela 3.1.3, o gráfico 3.1.3 e os mapas 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.1.4, 3.1.5, 3.1.6, 3.1.7 e 3.1.8.

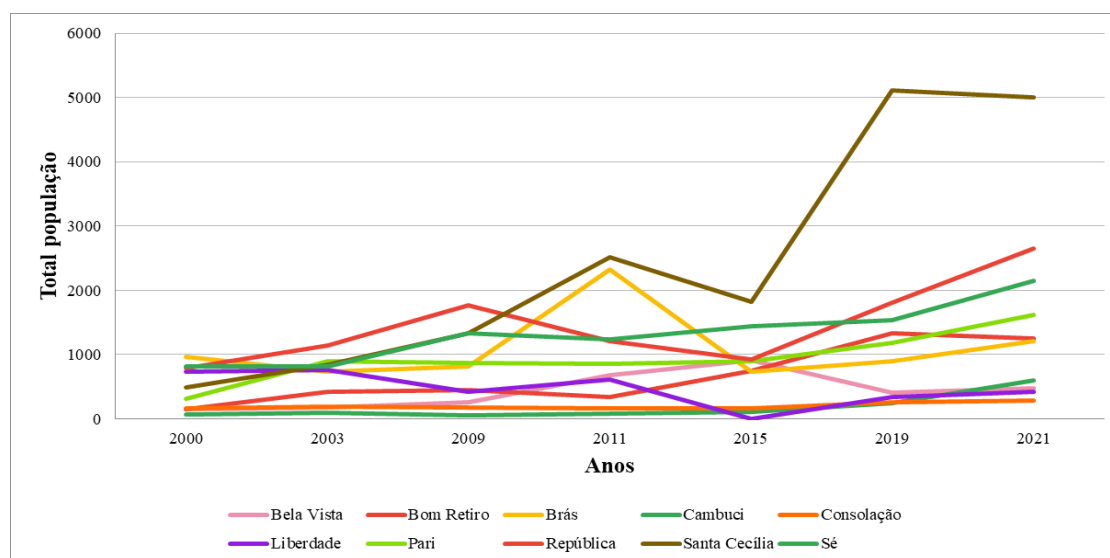
Tabela 3.1.3: Total da população em situação de rua no município de São Paulo, por distrito: 2000 - 2021.

Distritos Centrais	2000	2003	2009	2011	2015	2019	2021
Bela Vista	152	177	263	675	909	411	476
Bom Retiro	157	427	455	343	742	1336	1251
Brás	971	735	810	2328	733	895	1206
Cambuci	74	100	53	77	112	250	598
Consolação	167	198	175	159	165	260	286
Liberdade	736	764	424	615	indisponível	339	429
Pari	318	898	874	853	897	1190	1618
República	796	1141	1770	1207	923	1806	2656
Santa Cecília	485	849	1334	2517	1828	5105	5006
Sé	820	814	1334	1239	1448	1541	2149
Total	4676	6103	7482	10013	7932	13133	15675
Município	8706	10399	13666	14478	15905	24344	31884

Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

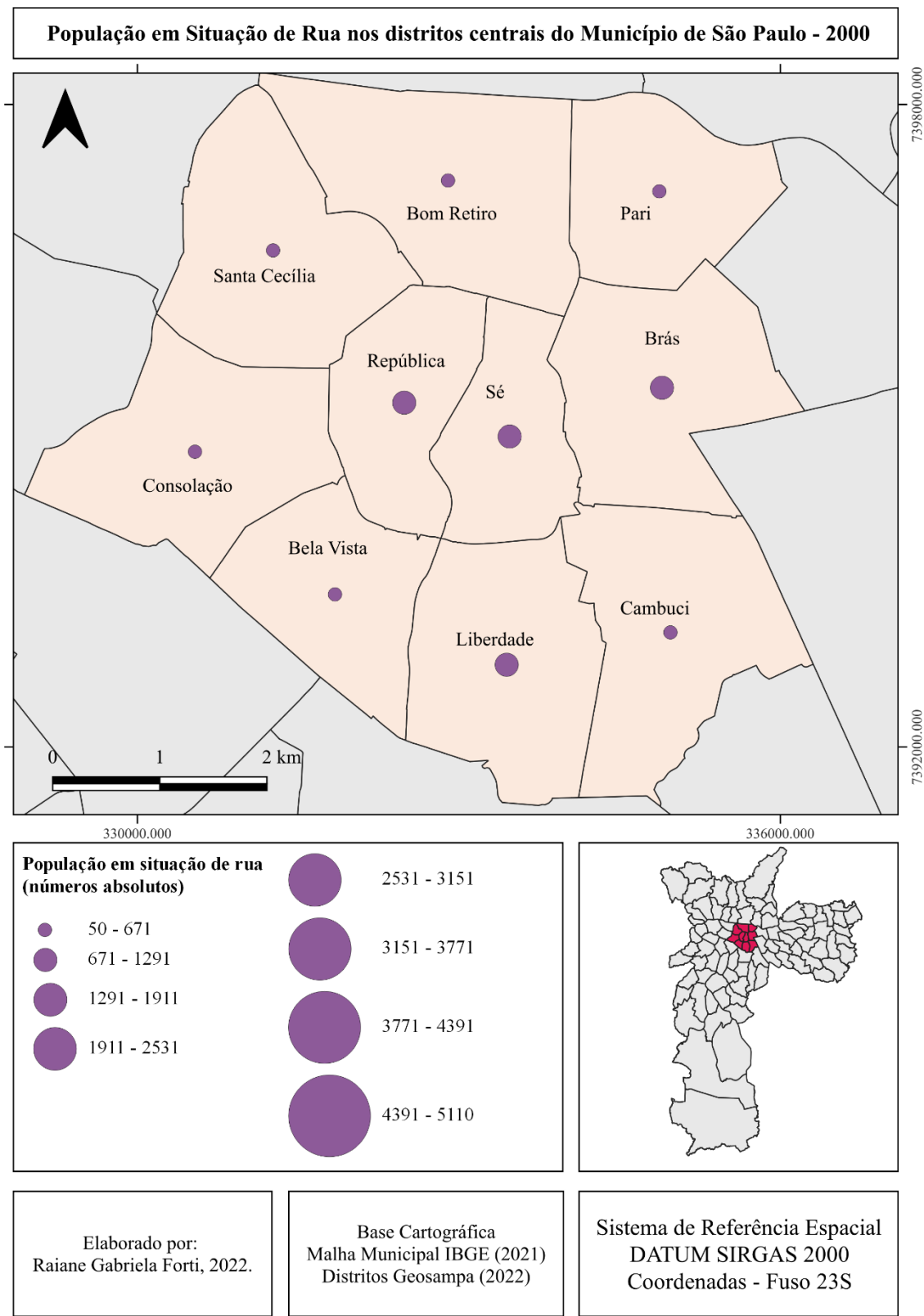
Gráfico 3.1.3: Total população em situação de rua no município de São Paulo, por distrito: 2000 - 2021.



Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

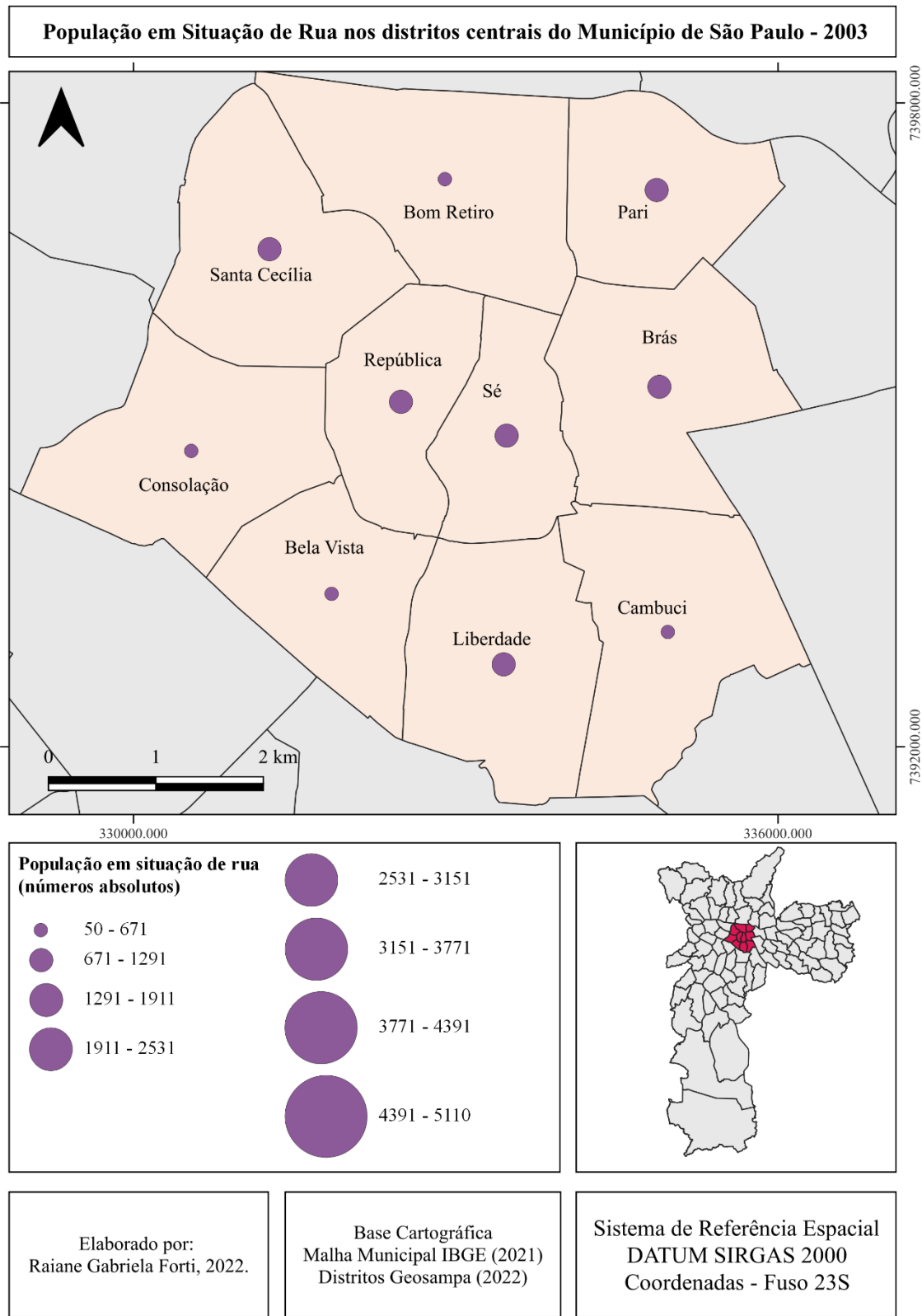
Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

Mapa 3.1.1: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2000.



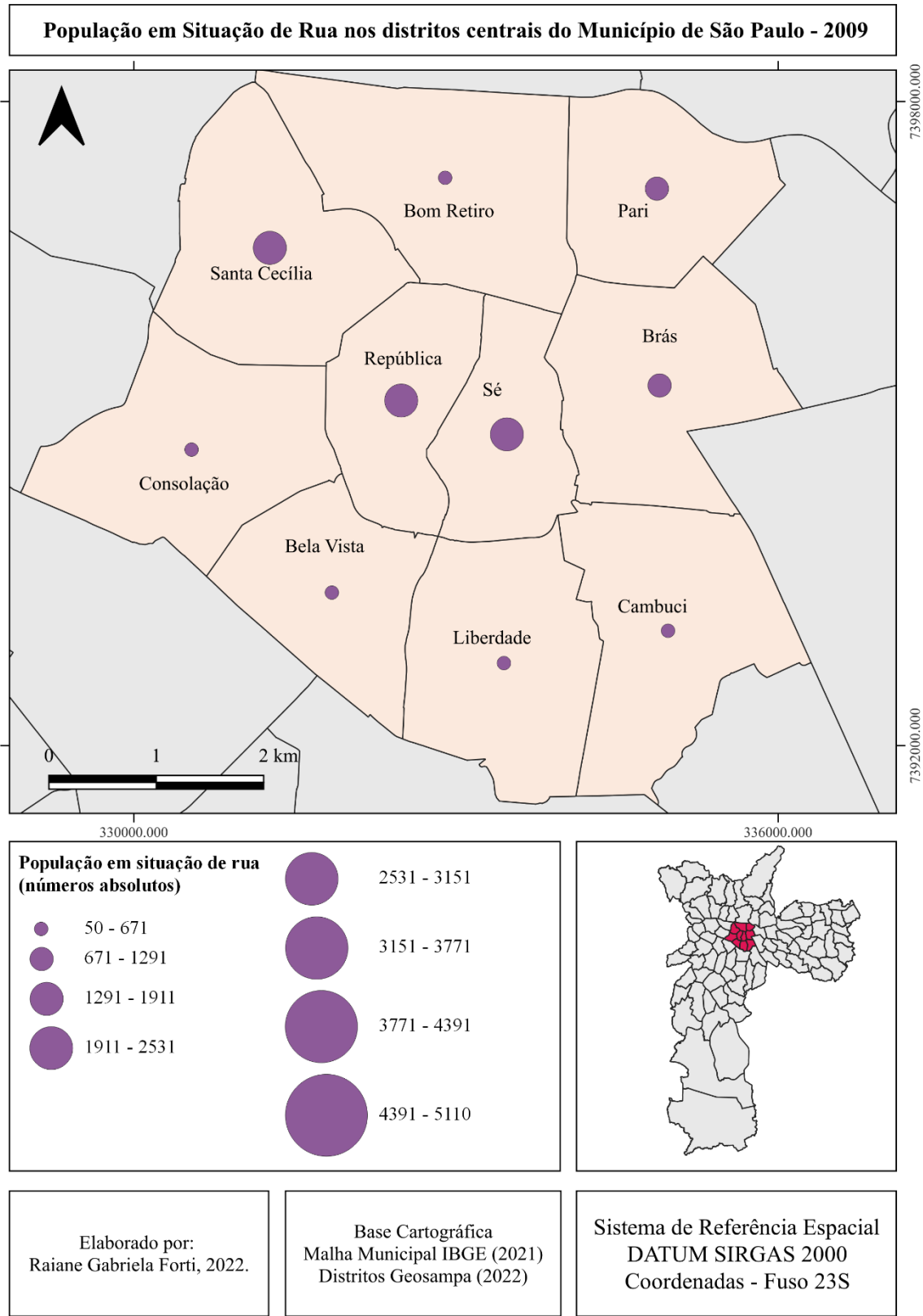
Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.
 Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000.

Mapa 3.1.2: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2003.



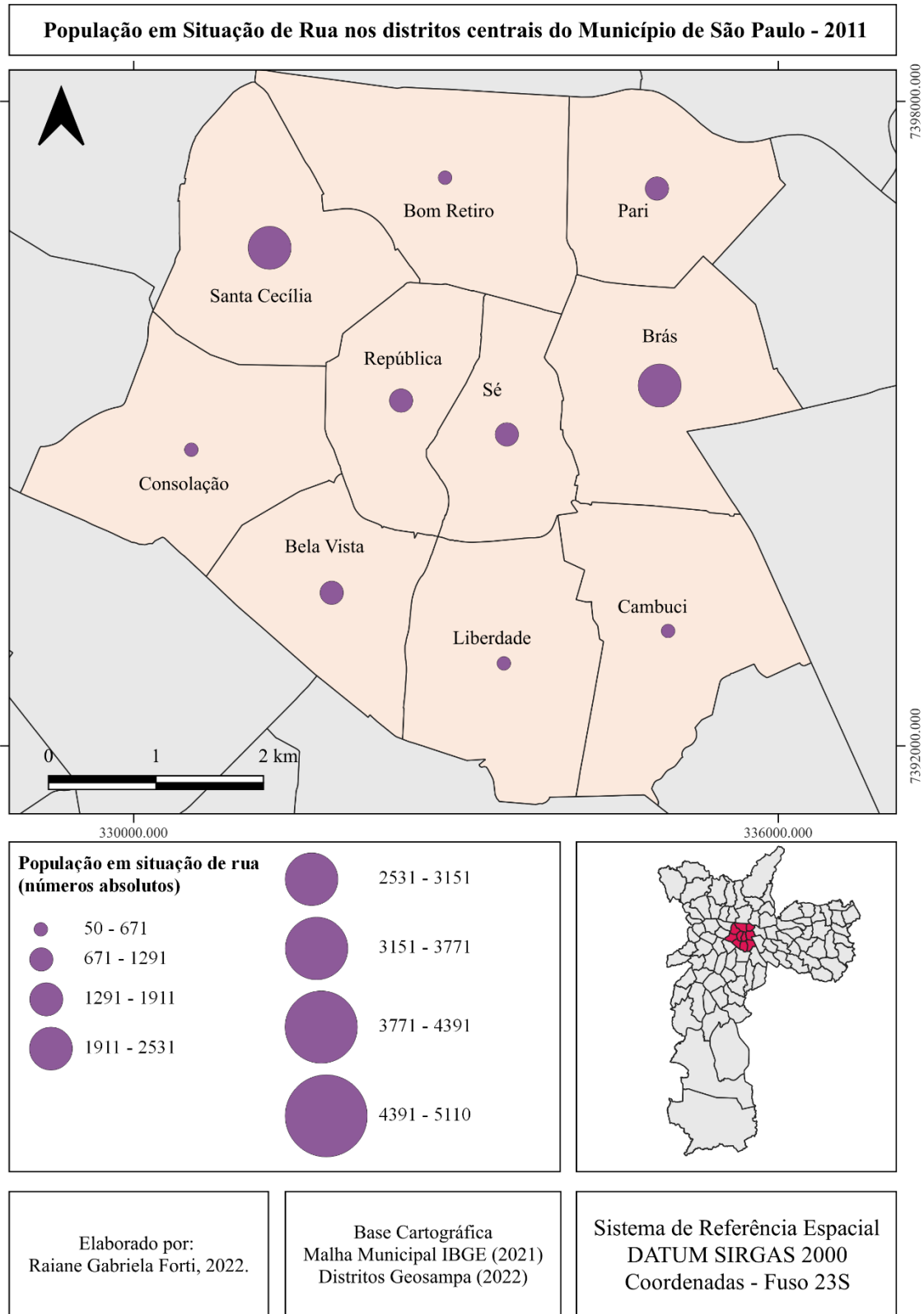
Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.
Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2003.

Mapa 3.1.3: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2009.



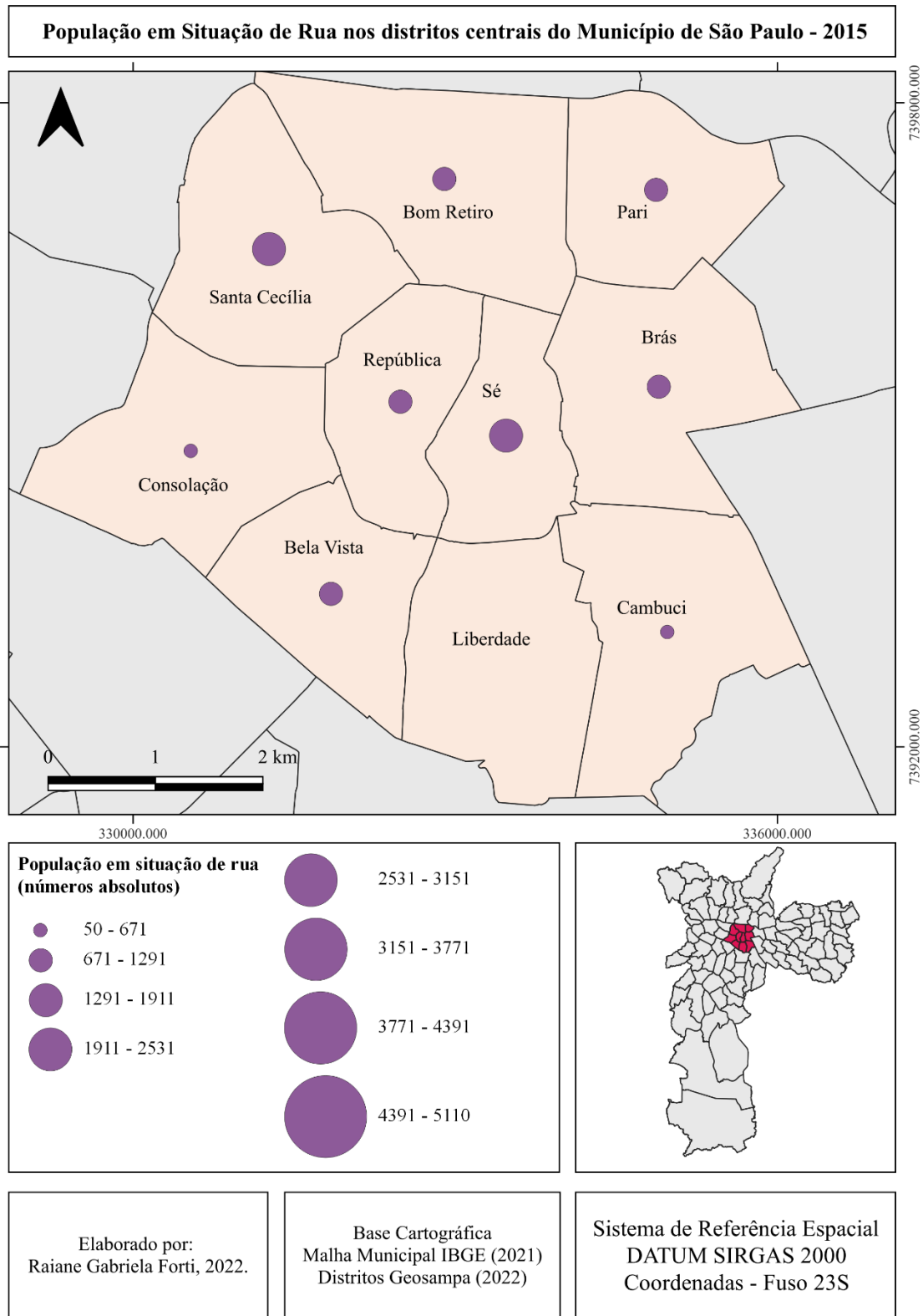
Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.
Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2009.

Mapa 3.1.4: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2011.



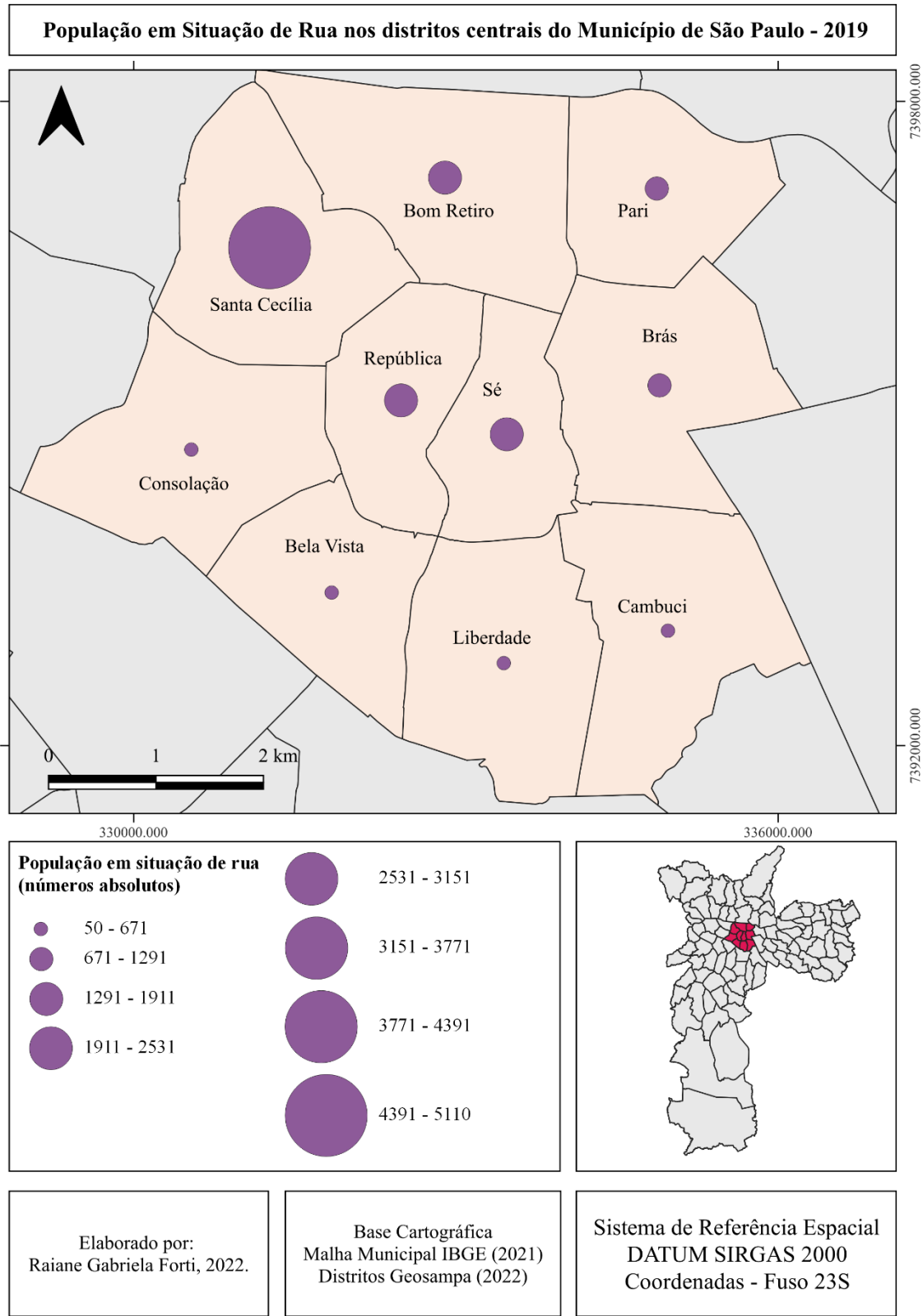
Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.
Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2011.

Mapa 3.1.5: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2015.



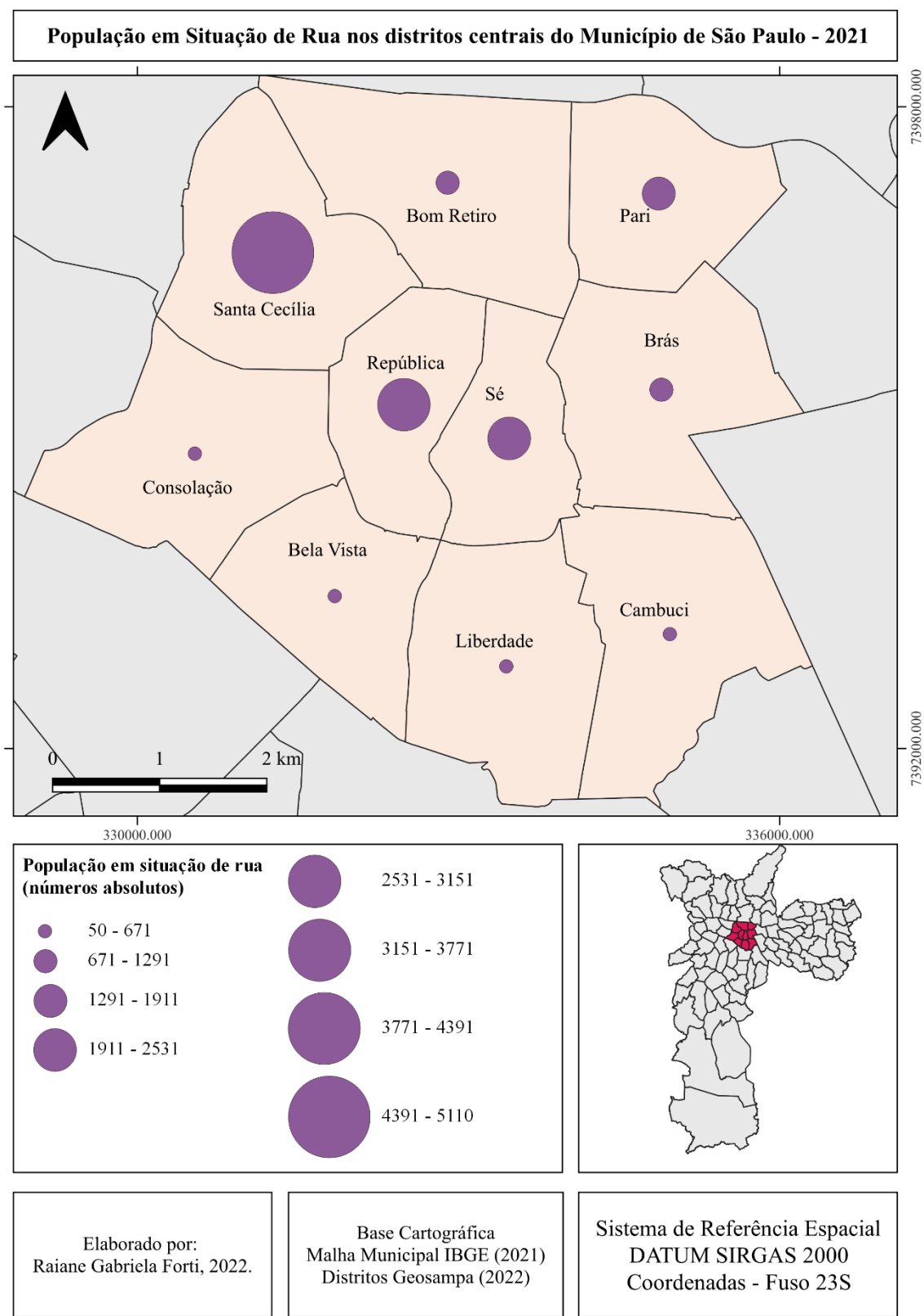
Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.
Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015.

Mapa 3.1.6: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2019.



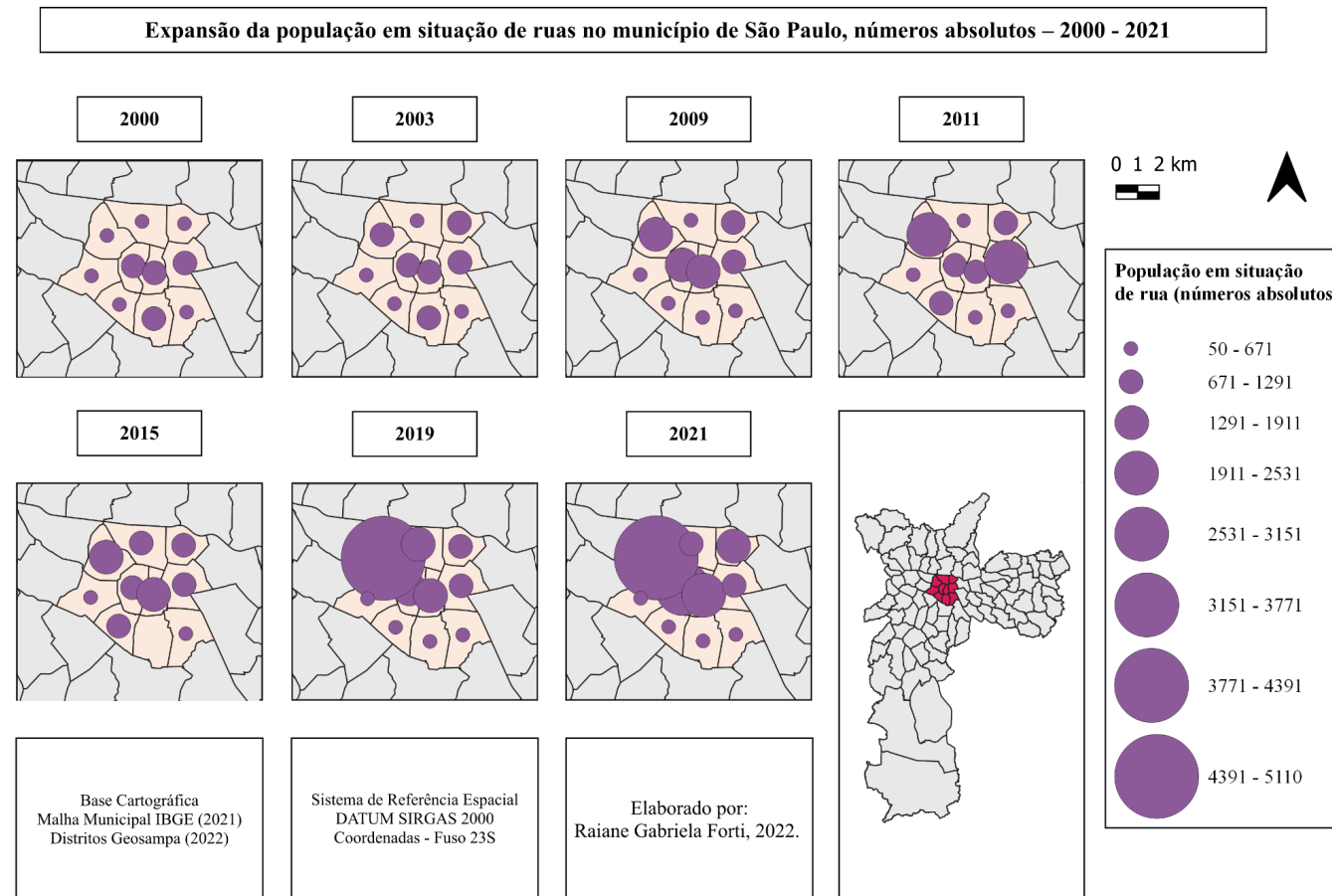
Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.
Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019a; 2019b.

Mapa 3.1.7: Expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2021.



Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.
 Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021.

Mapa 3.1.8: Comparativo da expansão da população em situação de rua nos distritos centrais do município de São Paulo: 2000 - 2021.



Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

Observando os mapas, o gráfico e a tabela é possível constatar que houve um aumento do número de pessoas em situação de rua em todos os distritos analisados, porém a concentração dessa população se alterou. Inicialmente, em 2000, os maiores números apareciam nos distritos do Brás, seguido pelo distrito da Sé. Já em 2003, a diferença entre os números começa a diminuir, tendo o distrito da República ultrapassado todos os demais, o qual seguiu o mesmo padrão até 2009. Já em 2011, o distrito em destaque se tornou Santa Cecília, que manteve-se sobressaindo até 2021.

Apesar de um modo de vida nômade, é impossível destacar que a população em situação de rua se locomoveu do Brás, para República e posteriormente para Santa Cecília. O que os números indicam é o aumento geral da população em situação de rua do centro a noroeste dos distritos centrais do município de São Paulo, com destaque ao distrito de Santa Cecília, ou seja, pode ser que a população tenha permanecido no mesmo distrito, mas o que ocorreu foi o aumento dos números absolutos da população em situação de rua em outras localidades.

Esse padrão diverge da expansão dos centros econômicos e residenciais de alto padrão de São Paulo, os quais seguem em direção ao quadrante sudoeste: Paulista, Faria Lima, Morumbi e Berrini (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004). A hipótese levantada neste momento é a de que os grandes centros financeiros do município de São Paulo são também os grandes focos de políticas públicas higienistas e arquitetura antimendigo da cidade, pois são regiões de forte interesse imobiliário para reprodução da especulação imobiliária ligado ao capitalismo financeiro (FERRAZ; *et al*, 2015). É nessas localidades que as marquises, os viadutos, os pontos de ônibus, entre outros, são moldados para não facilitar o dormir e o habitar nesta região. Como consequência desse capital que visa o crescimento econômico a qualquer custo, essa população é expulsa do local, devido a arquitetura antimendigo ou até mesmo por intensa força policial.

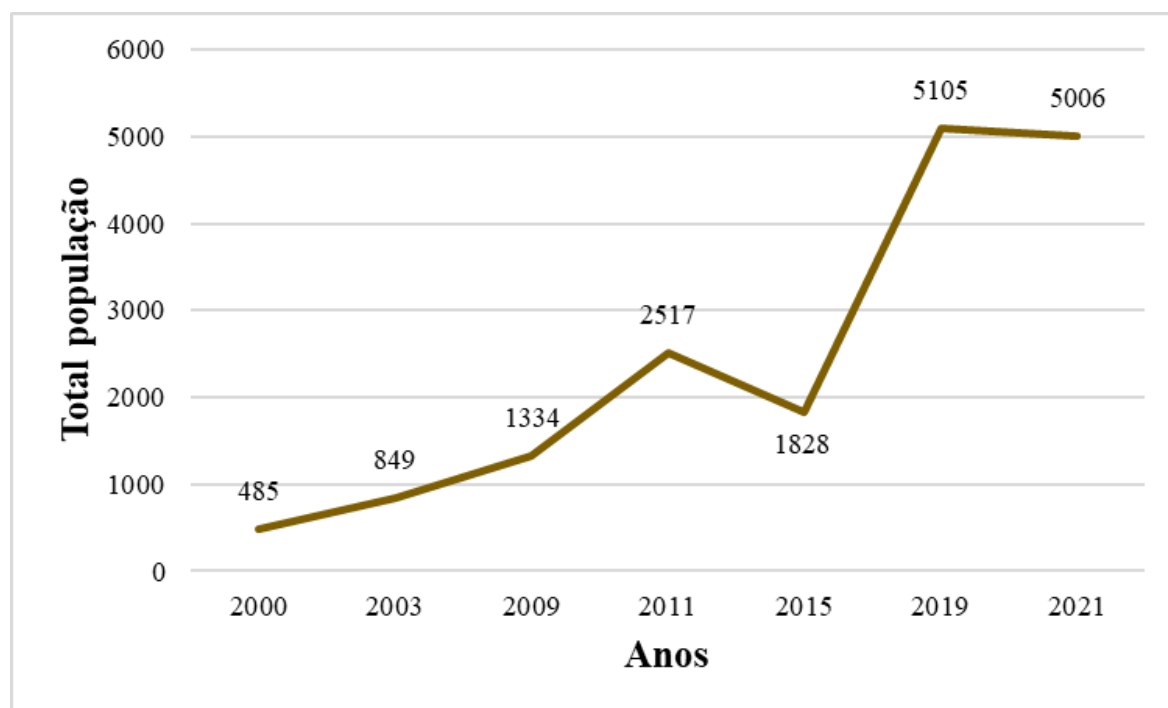
O modelo de Estado adotado e implantado no país visa somente o crescimento econômico, sem pensar no desenvolvimento social e na qualidade de vida para todos. A agilidade com que se constroem edifícios, avenidas e praças, não se aplica em nenhum momento às perspectivas de uma política mais humana e social. O que se vê é a população de rua sendo retirada do único espaço que lhe restou, muitas vezes com o uso da força policial, sendo amontoados em albergues sucateados, ou mesmo expulsos das cidades. (BRASIL; MDS, 2009, p.182)

Por outro lado, a expansão dos números no distrito de Santa Cecília é um fator importante a ser observado na tabela, no gráfico e nos mapas. Esse distrito contabiliza em 2000, 485 pessoas em situação de rua (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000) e em 2021,

possuía 5 006 pessoas em situação de rua (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021), correspondendo a 1032% de aumento.

Esse aumento não foi constante ao longo das duas décadas. Até 2009, o crescimento da população em situação de rua no distrito de Santa Cecília se deu de maneira progressiva, mas a partir do censo de 2011, o número populacional começou a sofrer maiores variações. De 2011 a 2015, o número caiu de 2 517 para 1 828, gerando uma queda de 27,37%. Por outro lado, de 2015 a 2019, voltou a crescer e dessa vez atingiu um aumento de 279,26%, ou em números absolutos 3 277 pessoas em situação de rua. Os dados podem ser observados no gráfico 3.1.4.

Gráfico 3.1.4: Total população em situação de rua no distrito de Santa Cecília: 2000 - 2021.



Elaborado por: Raiane Gabriela Forti, 2022.

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2000; 2003; 2009; 2011; 2015; 2019a; 2019b; 2021.

Historicamente o distrito de Santa Cecília foi uma região marcada por ser um enclave de classes altas na área central do município de São Paulo, local ocupado pela burguesia no auge da revitalização de São Paulo (SANTOS, 2018). Foi a partir do processo de expansão comercial no centro do município que as residências antes passaram a ser abandonadas pela classe alta e o distrito a ser visto como um local de desvalorização. Na mesma época foi construído o Elevado Presidente Costa e Silva, conhecido popularmente como Minhocão, o qual também contribuiu para a migração da classe burguesa que se instalava no local em

direção ao sudoeste paulistano (SANTOS, 2018). Além disso, a construção do elevado contribui para mudar o caráter de permanência residencial para um local de mera passagem no centro de São Paulo.

Destacaram-se então duas tendências, que teriam sérias conseqüências para a região central: a ênfase em obras visando uma significativa melhoria da acessibilidade para o automóvel no setor sudoeste da metrópole e o tratamento do centro como nó de articulação e passagem nessa grande estrutura. (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004, p.130).

A deterioração do centro passa a ser vista como um problema e com isso, a revitalização toma conta dos argumentos governamentais. As principais ações para essa revitalização é nada menos que a expulsão da classe mais pobre e um início de um processo de gentrificação. Esse processo conta com ações de atração de empreendimentos imobiliários privados, o aumento da renda média dos moradores e a revitalização do Minhocão, transformando-o em parque municipal.

É por meio da supervalorização dos espaços com base na especulação imobiliária ligada ao processo de gentrificação, que a população mais pobre acaba sendo expulsa das casas populares. Sem ter condições de arcar com os gastos financeiros de habitação, a última solução acaba sendo o habitar a rua, como pode ter ocorrido no distrito de Santa Cecília.

Assim, é possível destacar que é a desigual concentração espacial do capital, impulsionada por fatores políticos e econômicos, que a desigualdade social se espelha nos espaços do município de São Paulo. A expansão da população em situação de rua só personifica essa desigualdade. Enquanto a classe mais alta opta, no momento em que a circulação nos bairros se torna mais intensa, a migrar para regiões mais ricas, as quais também são áreas de grande concentração de arquitetura antimendigo, os mais pobres sofrem as conseqüências do capitalismo e da mercantilização da metrópole. Eles acabam vivendo uma pobreza estrutural, planejada e organizada pelo capital sob o espaço.

Grandes centros urbanos como São Paulo são exemplos dessa situação marcada pela polarização extrema entre ricos e pobres. Os ricos vivem em condomínio fortificados, em geral se deslocam na cidade em viagens de helicópteros e trabalham nas chamadas “zonas de investimento global, considerados pontos chave para acumulação e controle do capital global. No extremo oposto, está a população em situação de rua, espalhada na cidade de plástico e de papelão (BRASIL; MDS, 2009, p.149).

Por fim, o último ponto em discussão é a estagnação do aumento da população em situação de rua nos distritos centrais de 2019 a 2021, apesar de na escala municipal ter tido

um aumento de 7 540 pessoas em situação de rua. Essa variação ocorre devido ao fato da população ter aumentado no restante dos distritos no município de São Paulo.

Como destacado anteriormente, é de característica dessa população se localizar em áreas onde tenha o fluxo de pessoas durante o dia e a tranquilidade durante a noite, de forma que consigam adquirir recursos para sobrevivência e permanecer em segurança. Assim, uma das hipóteses a ser levantada em relação a diminuição do número da população em situação de rua em alguns distritos centrais de São Paulo, é a de que diminuição da circulação de pessoas nas ruas centrais ocasionada pelas restrições de fechamento de comércios durante a pandemia, teria feito com que essa população se movimentasse para outros espaços com maior possibilidade de adquirir recursos.

Dessa forma, é possível pontuar que a população em situação de rua tem a sua expansão comprovada quantitativamente pelos censos. Enquanto motivos para isso, levanta-se hipóteses econômicas e políticas, as quais ligadas ao espaço, originam pontos de concentração dessa população nos distritos centrais do município de São Paulo, local onde existem as maiores condições de recursos e sobrevivência para com essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa que deu origem a este trabalho foi possível observar que a expansão da população em situação de rua no município de São Paulo coincide também com a expansão do mercado financeiro e imobiliário, os grandes agentes da globalização. Foi a medida que o mercado imobiliário se expandiu que a metrópole passou a ser vista como mercadoria e potencial espaço de reprodução do capital. Como interesse do capital, a habitação se transforma também em mercadoria. Os espaços de viver são vistos como investimento de lucro ao invés de direito mínimo social.

Com a mercantilização do espaço da metrópole e da habitação, impulsionados pela nova divisão do trabalho, a pobreza estrutural atinge uma parte considerável da população. São os pobres estruturais que acabam sofrendo as principais consequências de uma globalização perversa (SANTOS, [2000]; 2021). As desigualdades sociais instauradas na metrópole atravessam a dimensão centro - periferia na questão da população em situação de rua. A desigualdade se estrutura nos centros comerciais capazes de acumular recursos e possíveis trabalhos informais para essa população.

A população em situação de rua foi caracterizada, neste trabalho, como um grupo populacional heterogêneo trabalhador, mas que, impulsionados pelas consequências do neoliberalismo e da globalização, perderam suas rendas em momentos de crises socioeconômicas, e junto com a perda de renda, perderam também a possibilidade de habitar em um local que hoje é mercantilizado, a moradia. É essa população que acaba por viver nas ruas das áreas centrais da metrópole, local de intenso fluxo de pessoas e mercadorias. A concentração nos distritos centrais no município de São Paulo e a expansão em números nos distritos a noroeste apresentam duas hipóteses que não afirmadas na instância de Trabalho de Graduação Individual, podem ser desenvolvidas em pesquisas mais profundas posteriormente, sendo elas: a variação dos preços de aluguéis nas áreas centrais do município e a concentração de comércio.

Enquanto aporte metodológico, é compreensível a vulnerabilidade de uma pesquisa que se baseia majoritariamente em censos produzidos por órgãos estatais, porém, ao mesmo tempo, existe uma constante escassez de análises e estudos acadêmicos referente a esse grupo populacional, principalmente na abordagem geográfica. A opção por se embasar nos dados, foi assim, uma solução para iniciar um possível estudo acadêmico de uma população que se encontra marginalizada em todas as esferas sociais, até mesmo na ciência. Cabe a partir

dessas breves considerações finais destacar a importância de estudos geográficos para com a população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

Bases de dados

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Estatística e Informações: demografia e indicadores sociais**. Déficit habitacional no Brasil: 2015. Belo Horizonte: FJP, 2018, 78p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871> > Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID; SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO - SNH. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte: FJP, 2013, 78p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=73954> > Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. **Déficit Habitacional do Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021, 173p. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf > Acesso em: 25 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego Outubro 2000**. IBGE, 2000a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pme_2000_out.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego Novembro 2000**. IBGE, 2000b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pme_2000_nov.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego Dezembro 2000**. IBGE, 2000c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pme_2000_dez.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego Outubro 2001**. IBGE, 2001a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pme_2001_out.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego Novembro 2001**. IBGE, 2001b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pme_2001_nov.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego Dezembro 2001**. IBGE, 2001c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pme_2001_dez.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego Dezembro 2012**. IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pme_2012_dez.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Painel Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua (PNADc).** Disponível em: <<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **PNAD Covid-19.** IBGE, 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em 02 jan. 2023.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência Social (SAS). **Levantamento censitário e a caracterização sócio-econômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo 2000.** São Paulo: FIPE, 2000. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2000.pdf> Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). **Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003.** São Paulo: FIPE, 2003. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2003.pdf> Acesso em 20 dez. 2022.

_____. **Censo da População de Moradores em Situação de Rua e Caracterização Socioeconômica da População Adulta na Cidade de São Paulo.** Relatório do Levantamento Censitário. São Paulo: FIPE, 2009. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2009_01.pdf> Acesso em, 20 dez. 2022.

_____. **Censo da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo (2011).** São Paulo: Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais - FESPSP, 2011. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/censo2011.pdf> Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo.** Produto V - Relatório Completo do Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo. São Paulo: FIPE, 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0001.pdf> Acesso em: 21 dez. 2022.

_____. **Relatório de Metodologia da Pesquisa Censitária.** Produto II - Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo - 2019. São Paulo: Qualitest, 2019a. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Produto2_SM_ADS_SP_vFinal.pdf> Acesso em: 21 dez. 2022.

_____. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo.** Produto VI - Relatório detalhado de metodologia da pesquisa amostral de perfil socioeconômico. São Paulo: Qualitest, 2019b. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Produto6_SM_ADS_SP_Final.pdf> Acesso em: 21 dez. 2022.

_____. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo.- 2021.** Produto V - Relatório Completo do Censo. São Paulo: Qualitest, 2021. Disponível em: <https://qualitestct-my.sharepoint.com/personal/qualitestct_qualitestct_onmicrosoft_com/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021%2FProduto%5FSMADS%5FSP%5F2021%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021&ga=1> Acesso em: 21 dez. 2022.

_____. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo.- 2021.** Produto IX: Relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico. São Paulo: Qualitest, 2022. Disponível em: <https://qualitestct-my.sharepoint.com/personal/qualitestct_qualitestct_onmicrosoft_com/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021%2FProduto%209%2FProduto%209%5FSMADS%5FSP%202022%20Atualizado%20Final%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021%2FProduto%209&ga=1> Acesso em 21 dez. 2022.

Bibliográficas e documentais

ABRAMO, Laís. Desigualdade de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.58, n.4, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400020&script=sci_arttext> Acesso em 23 dez. 2022.

ALBUQUERQUE, Tatiana Sanson. Geografia da população em situação de rua: mudanças na distribuição espacial na cidade de São Paulo nos anos 2009 - 2014. **XVII Enanpur**, sessão temática 8. São Paulo, 2017.

BANCO MUNDIAL. 1990. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: A pobreza.** Banco Mundial: Washington DC, 1990. Disponível em: <<https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/188701468322757498/relatorio-sobre-o-desenvolvimento-mundial-1990-a-pobreza>> Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

_____. **Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e

Monitoramento, e dá outras providências. Brasil, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm> acesso em: 21 dez. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: Carlos, A. F. A.; Volochko, D.; Alvarez, I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 43-63.

CERQUEIRA, A. S. T de. **Evolução do Processo Social da População em Situação de Rua: um estudo da pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. Arquitetura da violência. A arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana. **Movimento**, [s.l], 2015, ano 2, n. 3. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32563/18698>>. Acesso em 02 jan. 2023.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: Uma questão social?** São Paulo: PUCSPEDUC; 2006.

JÚNIOR, Luciano Roberto Gulart Cabral; COSTA, José Ricardo Caetano. Barreiras à cidadania nas políticas sociais para a população em situação de rua. **Revista Brasileira de Políticas Públicas** (online), Brasília, v.6, n.2, 2016, p.236-249.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a Rua. Tese de Doutorado**. UNICAMP, Campinas, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, [1968] 2008, 5ª edição.

LEME, Alessandro André. Neoliberalismo, Globalização e Reformas do Estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010.

NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido Malta; ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: EMBURB (org) **Caminhos para o centro estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM, pp.123 - 158.

NETO, Octavio Amorim. A crise política brasileira de 2015-2016. Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações internacionais**, [s.l], v.52, 2016.

NONATO, D. do N.; RAIOL, R. W. G. Invisíveis Sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Curitiba, v.2, n.2, p. 81 - 101, jul./dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Recomendação nº 204**. OIT: (s.l), 2015. Disponível em: <<https://www.social-protection.org/gimi/gess/RessourcePDF.action;jsessionid=DADNVeWFjjDNU6J3oiO8g33->

JJumoUxQp1L5zxsAFoiytf6yC-c!1750948109?id=54927#:~:text=A%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20n.%C2%BA%202024,contribuir%20para%20consolidar%20o%20Trabalho> Acesso em: 28 dez. 2022.

POBREZA. Dicionário Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pobreza/>> Acesso em 08 nov. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Decreto Nº 40232, de 2 de janeiro de 2001.** Regulamenta a Lei Nº 12316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua da cidade de São Paulo, e dá outras providências. São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2001/4024/40232/decreto-n-40232-2001-regulamenta-a-lei-n-12316-de-16-de-abril-de-1997-que-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-do-poder-publico-municipal-a-prestar-atendimento-a-populacao-de-rua-da-cidade-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. **Decreto Nº 57.069, de 16 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5707/57069/decreto-n-57069-2016-dispoe-sobre-os-procedimentos-e-o-tratamento-a-populacao-em-situacao-de-rua-durante-a-realizacao-de-acoes-de-zeladoria-urbana>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

_____. **Decreto Nº 57.581, de 20 de janeiro de 2017.** Introduz alterações no Decreto nº 57.069, de 17 de junho de 2016, dispondo sobre os procedimentos de zeladoria urbana em relação à abordagem das pessoas em situação de rua. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2017/5759/57581/decreto-n-57581-2017-introduz-alteracoes-no-decreto-n-57069-de-17-de-junho-de-2016-dispondo-sobre-os-procedimentos-de-zeladoria-urbana-em-relacao-a-abordagem-das-pessoas-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

_____. **Lei Nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019.** Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, e dá outras providências. São Paulo, 2019c. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2019/1725/17252/lei-ordinaria-n-17252-2019-consolida-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-institui-o-comite-intersectorial-da-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

_____. **Decreto Nº 59.246, de 28 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2020/5924/59246/decreto-n-59246-2020-dispoe-sobre-os-procedimentos-e-o-tratamento-a-populacao-em-situacao-de-rua-durante-a-realizacao-de-acoes-de-zeladoria-urbana>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

RUSSI, Ana. Inflação oficial fecha 2020 em 4,52%; maior índice em quatro anos. CNN, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/inflacao-oficial-fecha-2020-em-xx-maior-indice-em-quatro-anos/>>. Acesso em 02 jan. 2023.

SANTOS, Carolina de Andrade. Representações da gentrificação na imprensa de São Paulo: o caso do distrito de Santa Cecília. **Dissertação mestrado**. Lisboa, 2018.

SANTOS, Lene Lima. **Habitar a Rua**: Compreendendo os processos de risco e resiliência. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021, ed. 32.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas. **Contemporânea**, Caruaru, 2011, n.1, p.49-68.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SORRICE, Gabriela. Erradicação da pobreza. UFMG, Belo Horizonte, [s.d]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/erradicacao-da-pobreza/#:~:text=Pessoas%20com%20renda%20di%C3%A1ria%20abaixo,ONU%2C%20esses%20indicadores%20s%C3%A3o%20importantes.>> Acesso em: 25 nov. 2022.

TIEGO, Verônica Martins. População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula; BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos avançados**, São Paulo, 2003, n.17, v.47.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo, IUPERJ/Vértice, 1991.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Editora Hucitexc, 1994, 2 ed.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 2004, n.23, p.55-62.